

# **RELATÓRIO E CONTAS 2020**

TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO

Mp  
if  
Mh  
v



**TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.**

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 12º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do  
Porto

Mp  
+  
160  
2

# ÍNDICE

<b>Mensagem do Presidente do Conselho de Administração</b>	<b>4</b>
<b>Relatório de Gestão</b>	<b>6</b>
1. Números da Intermodalidade	8
2. A Pandemia SARS-COV 2	9
3. Factos relevantes em 2020	10
3.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	10
3.2. Alterações Tarifárias	11
3.3. Alterações dos Títulos Comercializados	12
3.4. Cartões Bancários EMVco no Sistema Intermodal Andante	12
3.5. O anda em IOS (Apple)	13
3.6. Nova API Andante (APex)	13
3.7. Portal Andante	14
3.8. Cartão Virtual Multi-City (Cartão Único Nacional)	14
3.9. MaaS (Mobility as a Service)	14
3.10. Solução de <i>Business Intelligence</i>	15
3.11. Alterações na Rede de Vendas	15
3.12. Modelo Organizacional e de Negócio	16
4. Caracterização da Rede Intermodal Andante	18
5. Atividade Comercial 2020	20
5.1. Validações	20
5.2. Quantidades Vendidas	23
5.3. Receita Intermodal	23
5.4. Comunicação com o cliente	25
6. Auditorias à Atividade do TIP	29
6.1. Inspeção Geral de Finanças	29
7. O TIP e os seus Colaboradores	30
7.1. Estrutura Organizacional	30
7.2. Recursos Humanos	30
8. O TIP e as suas Agrupadas	32

3

8.1.	Estrutura Societária	32
8.2.	Composição dos Órgãos Sociais	32
8.3.	Modelo de Governo do TIP	35
9.	Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	36
9.1.	Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento	36
9.2.	Gestão do Risco Financeiro	36
9.3.	Limite de Crescimento do Endividamento	36
9.4.	Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso	37
9.5.	Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2019	37
9.6.	Remunerações	37
9.7.	Aplicação do Estatuto de Gestor Público	40
9.8.	Realização de despesas não documentadas ou confidenciais	41
9.9.	Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens	41
9.10.	Relatório anual sobre prevenção da Corrupção	42
9.11.	Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública	42
9.12.	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	42
9.13.	Medidas de redução de gastos operacionais	42
9.14.	Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	42
9.15.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	43
9.16.	Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos	44
9.17.	Divulgação de Informação	44
10.	Desempenho Económico e Financeiro	45
10.1.	Introdução	45
10.2.	Situação Patrimonial	45
10.3.	Resultados	47
10.4.	Gestão de riscos	48
10.5.	Eventos Subsequentes	50
10.6.	Informação adicional COVID-19	50
10.7.	Proposta de Aplicação dos Resultados	50
	<b>Perspetivas para 2021</b>	<b>52</b>
	<b>Contas do Exercício de 2020</b>	<b>55</b>
	<b>Anexos</b>	<b>87</b>

Mp  
+  
Hobos

v

17

17p  
+  
26/5  
v

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020, tal como para a generalidade das organizações, ficará registado para o TIP, como um dos momentos mais difíceis e complexos da sua história.

Com efeito e após um ano de 2019 repleto de sucessos, o surgimento da pandemia COVID 19 e os danos provocados, com especial relevo também ao nível do setor da Mobilidade, impactaram muito negativamente a empresa e os seus resultados, tanto operacional quanto financeiramente.

Para exemplificar esse impacto, e na ótica operacional, destacam-se o recuo de cerca de 41% nas validações totais, de 197,75 Milhões em 2019 para 116 Milhões em 2020, bem como nas validações intermodais, com perdas de 39,5%, de 175,5 Milhões em 2019 para 106,19 Milhões em 2020.

Perante uma redução tão significativa de procura do sistema intermodal andante, também os resultados económico/financeiro da empresa foram fortemente pressionados. Assim, e de um EBITDA em 2019 de 2.999.253 €, este indicador em 2020 recuou cerca de 81,94%, para um valor de 541.795 €. Neste contexto, o resultado líquido da empresa foi negativo, na ordem dos 193.486€, constituindo uma perda face a 2019, de 108,5%.

Ainda assim, apesar de todas as dificuldades impostas pelo contexto COVID, o TIP não deixou de prosseguir com a sua trajetória de capacitação dos modelos de bilhética tendo como objetivo supremo a melhoria da experiência de mobilidade para o cliente, elemento nuclear de toda e qualquer ação desenvolvido pelo agrupamento complementar de empresas.

Durante 2020 salientam-se, neste domínio, as seguintes ações:

- 1 de janeiro – a Assinatura Sub13 permite a sua utilização em toda a Área Metropolitana do Porto;
- 1 de junho – lançamento da assinatura mensal Andante Família – Assinatura mensal atribuída a cada membro do agregado familiar que permite o pagamento total do valor equivalente a 2 assinaturas Andante 3Z / Municipal (60 euros) ou do valor equivalente a 2 assinaturas Andante Metropolitano (80 euros);

7

- 13 de julho – o Município do Porto alarga a Assinatura Porto.13\_15 a todos os jovens até aos 18 anos com morada fiscal no Porto tendo sido alterada a denominação da referida assinatura para Andante Porto.
- 1 de outubro – a assinatura mensal Sub23 passa a ser gratuita para residentes no Município de Vila Nova de Gaia, sendo a mesma suportada pelo próprio Município;
- 2 de novembro – lançamento da Assinatura combinada AMP/CIM Tâmega e Sousa.

Mp  
sf  
4/6/20  
✓

Também no âmbito do acordo celebrado com a VISA no último trimestre de 2019, foram desenvolvidos os trabalhos previsto no sentido de disponibilizar durante o ano de 2021, em contexto piloto, a possibilidade de validação de viagens com os cartões bancários EMVco.

Saliento ainda e porque continua a ser uma das prioridades do TIP, o facto da empresa continuar a investir na aplicação ANDA, por forma a garantir a sua disseminação, enquanto instrumento disruptivo na implementação de modelo de bilhética suportados no MAAS – Mobility as a Service.

Sobre o Modelo organizacional e de Negócio e a perspetiva de criação da Empresa Metropolitana de Transportes, que integraria o objeto desenvolvido por este ACE, a empresa aguarda pela conclusão desse processo.

Por último, e porque o ano de 2020 foi muito exigente, talvez o mais exigente da história da empresa, não posso deixar de agradecer a todos os operadores de transporte, fornecedores, entidades competentes e Autarquias locais e fundamentalmente aos trabalhadores do TIP, pela resiliência e compromisso com o sistema intermodal andante, que como se provou, no contexto pandémico, é indispensável para a vida de todos os que habitam, estudam, trabalham e visitam esta área metropolitana.

A todos, apresento em meu nome e do Conselho de Administração que represento, um agradecimento profundo, com a certeza porém, se num contexto tão negativo quanto o foi 2020, todos fomos capazes de dar passos em frente na sedimentação do projeto, quando a pandemia for controlada, seremos absolutamente capazes de continuar a melhorar e desenvolver o Sistema Intermodal Andante.

h

MP  
+  
Feb 20

2

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

7

Ab  
+  
1

fy



## 1. Números da Intermodalidade

Plp  
+  
debs  
~

Validações totais do sistema Intermodal	2018	2019	2020	Δ 19/20
MP	62,82	71,49	39,49	-44,76%
STCP	62,04	69,47	43,56	-37,30%
CP	8,40	8,40	5,97	-28,98%
Operadores Rodoviários Privados	18,51	26,13	17,17	-34,29%
(Unidade: milhões)	148,40	175,50	106,19	-39,49%

Estrutura de validações por operador	2018	2019	2020	Δ 19/20
MP	42,33%	40,73%	37,19%	-8,70%
STCP	41,80%	39,59%	41,02%	3,62%
CP	3,40%	4,79%	5,62%	17,37%
Operadores Rodoviários Privados	12,47%	14,89%	16,17%	8,60%

Utilização Títulos Transporte	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos Viagem	1,27	1,26	1,30	3,17%
Assinaturas totais	59,18	58,69	54,22	-7,62%
(Média Mensal) Assinaturas normais	59,81	58,66	55,46	-5,46%

Valor médio por validação	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos de Viagem	1,07	1,09	1,04	-4,59%
Títulos de Assinatura totais	0,52	0,50	0,54	8,00%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,62	0,60	0,63	5,00%

Quantidade de cartões vendidos	2018	2019	2020	Δ 19/20
Andante Azul	3 197,5	3 229,1	1 246,9	-61,38%
Andante PVC	111,6	177,0	85,6	-51,66%
(Unidade: milhares)	3 309,1	3 406,1	1 332,5	-60,88%

Quantidade de títulos carregados	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos de Viagem	29 464,3	26 900,3	13 858,7	-48,48%
Títulos de Assinatura totais	1 845,8	2 381,8	1 619,2	-32,02%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	754,9	1 072,6	783,9	-26,92%

Peso Canal de Vendas	2018	2019	2020	Δ 19/20
MVAs rede MP	43,01%	42,54%	37,14%	-5,41 pp
Payshop	0,47%	28,11%	35,88%	7,76 pp
Pagaqui	30,68%	1,86%		
Lojas Andante	12,10%	13,47%	10,84%	-2,63 pp
SIBS	4,93%	2,91%	4,64%	1,73 pp
CP Porto	3,82%	5,31%	5,58%	0,27 pp
MVAs rede CP	3,65%	4,00%	4,40%	0,40 pp
Revendedores	0,65%	0,72%	0,49%	-0,23 pp
Privados	0,45%	0,57%	0,53%	-0,04 pp
Anda	0,19%	0,45%	0,50%	0,05 pp
STCP	0,05%	0,06%	0,01%	-0,04 pp

Resultados (em SNC)	2018	2019	2020	Δ 19/20
Operacionais	1 726 327	2 286 279	-174 137	-107,6%
Financeiros	-110 005	-8 415	-15 837	-88,2%
Líquidos	1 615 503	2 277 260	-193 486	-108,50%
(Unidade: milhares €) EBITDA	2 362 374	2 999 253	541 795	-81,94%

tz

## **2. A Pandemia SARS-COV 2**

A pandemia que mudou o país e o mundo imprimiu fortes condicionalismos a nível social e económico gerando uma grave crise sem precedentes com início em março de 2020.

Por duas vezes o país esteve em confinamento, com onze períodos de estado de emergência que no total duraram quase seis meses. Mais de 800 mil portugueses testaram positivo ao SARS-CoV-2 e um ano depois do início da pandemia, Portugal regista aproximadamente 17.000 mortes provocadas pela doença.

A situação económica e social do país degradou-se de forma transversal a todos os setores da economia fechando empresas, gerando mais desemprego, obrigando ao ensino à distância e ao recurso ao teletrabalho, impondo recolhimento obrigatório, proibindo a deslocação entre concelhos, anulando por completo o setor do turismo, entre outros efeitos negativos, que se repercutiram naturalmente na redução drástica da procura de transporte público.

O exercício do ano de 2020 fica assim marcado pelos efeitos dramáticos da pandemia Covid 19.

Dp  
+  
H2  
v

n

17p  
 +  
 Hobs  
 ~

### 3. Factos relevantes em 2020

#### 3.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O exercício de 2020 regista um total de 116 milhões de validações nos transportes públicos<sup>1</sup> da Área Metropolitana do Porto [AMP], refletindo um forte decréscimo de 41,3% pelas razões explanadas no ponto 1.

As validações de títulos intermodais Andante totalizam 106,2 milhões de utilizações o que se traduz naturalmente num decréscimo de 39,5% face ao período homólogo do ano anterior.

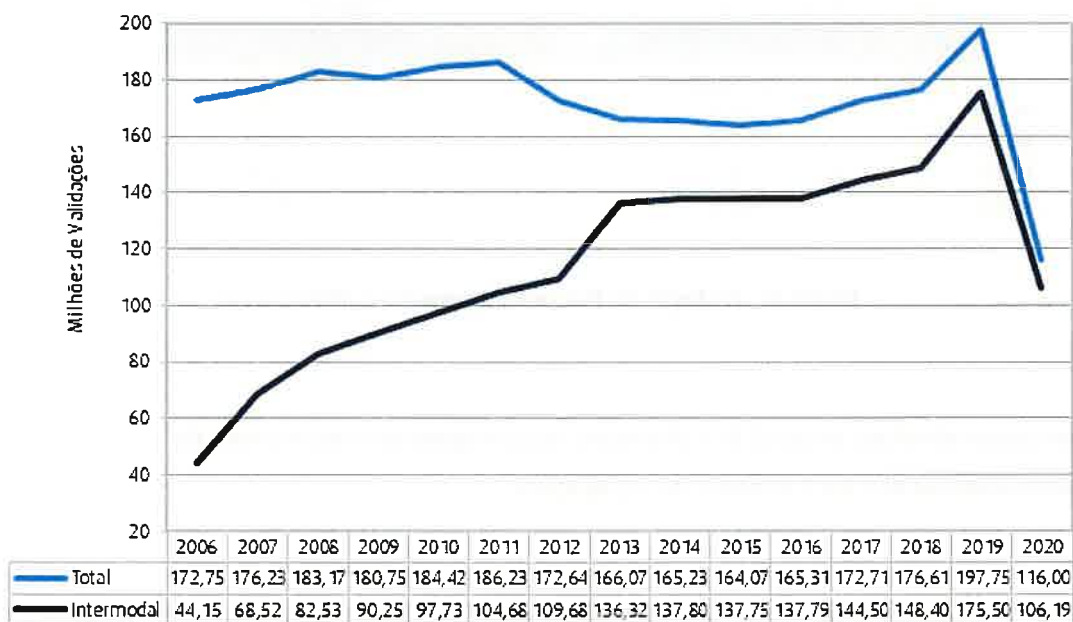
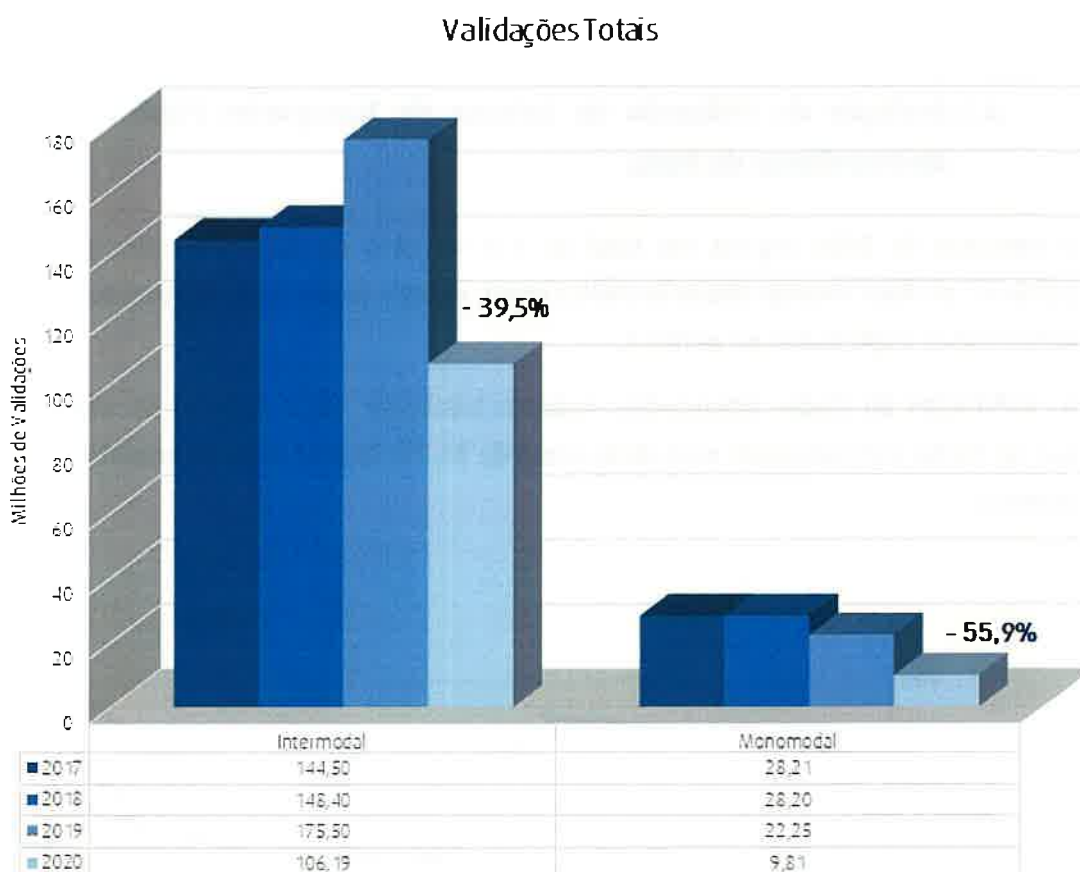


Figura 1 - Evolução da Procura de Transporte Público

<sup>1</sup> Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

17

Mp  
↑  
↓  
✓



**Figura 2 - Evolução da Procura Intermodal e Monomodal**

O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de fevereiro, com aproximadamente 15,7 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 19 de fevereiro de 2020, quarta-feira, com, aproximadamente, 731 mil validações.

### **3.2. Alterações Tarifárias**

Em cumprimento do estipulado no n.º 2 do art.º 7º da Portaria 298/2018, de 19 de novembro, a Comissão Executiva Metropolitana do Porto determinou aplicar uma Taxa de Atualização Tarifária em 2020, nos serviços de transporte público da sua competência, no valor de 0,38%, facto que não se refletiu no valor dos títulos de transporte Andante

↘

tendo-se mantido inalterados os valores face ao ano anterior prosseguindo assim a estratégia de promoção da utilização dos transportes públicos.

### 3.3. Alterações dos Títulos Comercializados

- ✓ 1 de janeiro – a Assinatura Sub13 permite a sua utilização em toda a Área Metropolitana do Porto;
- ✓ 1 de junho – Lançamento da assinatura mensal Andante Família – Assinatura mensal atribuída a cada membro do agregado familiar que permite o pagamento total do valor equivalente a 2 assinaturas Andante 3Z / Municipal (60 euros) ou do valor equivalente a 2 assinaturas Andante Metropolitano (80 euros);
- ✓ 13 de julho – o Município do Porto alarga a Assinatura Porto.13\_15 a todos os jovens até aos 18 anos com morada fiscal no Porto tendo sido alterada a denominação da referida assinatura para **Andante Porto**.
- ✓ 1 de outubro – a assinatura mensal Sub23 passa a ser gratuita para residentes no Município de Vila Nova de Gaia, sendo a mesma suportada pelo próprio Município;
- ✓ 2 de novembro – Lançamento da Assinatura combinada AMP/CIM Tâmega e Sousa.

### 3.4. Cartões Bancários EMVco no Sistema Intermodal Andante

Na sequência da assinatura do MOU com a VISA, no último trimestre de 2019, foram levados a cabo, no decorrer de 2020, os trabalhos de preparação da Fase 1 (Piloto) do projeto, em todas as suas frentes (técnica, operações e comunicação e marketing).

Foi possível concluir o essencial dos desenvolvimentos previstos, designadamente:

- uma solução certificada (VISA/Mastercard) de software para os Validadores selecionados para o Piloto, agnóstica em relação ao hardware dos mesmos e integrável na API Andante, de forma a poder ser portada para os Validadores que vierem a ser adquiridos pelos diversos operadores do SIA;
- o Servidor de Pagamentos (Fare Engine), que permita ao TIP vir a implementar, de per si, os tarifários e as regras de negócio que melhor se adequarem à generalização desta solução, incluindo a definição de limites diários (capping) ou quaisquer outros mecanismos inteligentes de otimização.

Foi também possível iniciar o planeamento das atividades relacionadas com as operações (definição dos meios de suporte para utilização na Linhandante, formação e articulação entre os diversos parceiros).

Com o objetivo de lançar o Piloto ao público no último trimestre de 2020, iniciaram-se igualmente as sessões de trabalho conjuntas para definir os aspetos de Comunicação e Marketing. No entanto, com o agravar da situação da pandemia no final de 2020 e com a diminuição impressionante da atividade turística (principal alvo da solução desenvolvida), foi decidido adiar o lançamento do Piloto, aguardando por tempos mais adequados e mais estimulantes.

### **3.5.0 anda em IOS (Apple)**

O relançamento do **anda**, que o TIP perseguiu como objetivo para 2020, tinha como impulsionador fundamental a disponibilização de uma versão para IOS (Apple), sempre muito “exigida” pela imprensa e utilizadores em geral. A implementação desta variante dependia, contudo:

- da disponibilização pela Apple da possibilidade de emulação do cartão Andante (equivalente ao que é feito na variante Android), discutida pelo TIP com esta multinacional, mas que não veio (ainda) a acontecer; ou
- da implementação de uma solução baseada na utilização da tecnologia EMVco, mas que obriga à generalização desta tecnologia a todo o SIA (Fase 2).

Nenhum dos cenários atrás referidos foi possível de colocar em prática durante 2020, mantendo o TIP, no entanto, o foco na persecução deste objetivo.

### **3.6. Nova API Andante (APex)**

No advento de uma mudança de contexto na AMP, com a contratualização dos serviços rodoviários e a consequente volatilidade que trará (potencial de mudança de operadores no final de cada período de contrato), adicionado ao facto de estar em curso a mudança de propriedade, do TIP para os operadores públicos, dos sistemas de bilhética (a que se seguirá a necessária renovação), o TIP iniciou a inclusão de algumas modificações muito significativas na atual API Andante, num esforço continuado que não encerrou em 2020 todos os objetivos para a nova API Andante APEX.

Adicionalmente, o TIP iniciou o desenvolvimento de uma nova interface (API Central de Bilhética) do seu produto MeSS (Merchant Secure Server), para modernizar e melhor assegurar a integração de dados com os operadores.

Tp  
+

### **3.7. Portal Andante**

Não foi possível lançar em 2020 o novo Portal Andante, dado o número e variedade de integrações necessárias com os sistemas internos do TIP as quais, embora estivessem previstas no projeto desde o seu início, o seu desenvolvimento e articulação com a miríade de outras ações necessárias à atividade normal do TIP, revelou-se mais complexo de executar do que à partida se estimava.

### **3.8. Cartão Virtual Multi-City (Cartão Único Nacional)**

Conforme previsto, o TIP desenvolveu durante 2020 uma Prova-de-Conceito da utilização da sua tecnologia de emulação de cartões Calypso (desenvolvida para o anda), consumada numa aplicação de bilhética móvel capaz de interoperar simultaneamente com os sistemas de bilhética da AML, dos SMTUC em Coimbra e do próprio SIA.

Foi realizada uma demo informal para os SMTUC, estando prevista a realização de um piloto/demonstração envolvendo as três cidades, o que a situação da pandemia veio também a comprometer.

### **3.9. MaaS (Mobility as a Service)**

Sem prejuízo do planeamento da sua própria incursão no território MaaS, o TIP colocou à prova em 2020 a sua infraestrutura de cartões virtuais (base tecnológica do anda e cartão virtual Multi-City) e a sua arquitetura de segurança e de tratamento de canais de venda externos (MeSS – Merchant Secure Server), promovendo o aparecimento de soluções multisserviços através de protocolos técnicos e comerciais com entidades externas.

Foi assinado um protocolo com uma dessas entidades externas com trabalhos que decorrerão durante 2020, e foram provisoriamente suspensos devido à situação causada pela pandemia.

⚡

### 3.10. Solução de *Business Intelligence*

O TIP deu início ao processo de implementação de uma solução de *business intelligence*, TIP Power BI, suportada em Microsoft Power BI, destinada a disponibilizar, de forma sistemática, informação relevante relativa à gestão do negócio TIP, permitindo uma visão integrada e estruturada dos dados produzidos pelos diversos sistemas e o controlo das atividades críticas da organização.

Esta solução dotará o TIP de um conjunto de ferramentas que permitirão aos utilizadores compilar e interagir, de forma muito mais efetiva e eficiente, com a complexidade e volume de dados do TIP. Assegurará a recolha e consolidação de dados de diferentes sistemas fonte, a análise dos dados consolidados e a disponibilização dos resultados da análise, indicadores de atividade e de rentabilidade aos vários intervenientes.

### 3.11. Alterações na Rede de Vendas

Atento o estado de pandemia, as lojas Andante encerraram a 19 de março, sendo os serviços mínimos assegurados pela loja Andante de Campanhã.

O atendimento ao público foi reativado a 27 de abril sendo garantidas todas as condições de higiene e segurança que se impunham.

O ponto de venda Andante instalado no Museu do Carro Elétrico foi desativado no final do mês de maio.

No decorrer do exercício foram ainda implementados diversos procedimentos que permitiram uma gestão mais eficiente da rede de vendas, designadamente:

- Nos termos do Decreto Lei 290-D/99, artº 7º, a assinatura digital substitui para todos os efeitos legais, a aposição de selos, carimbos, marcas ou outros sinais identificadores do seu titular;
- Difusão dos documentos "Declaração de Representação", "Declaração de Representação Parental" e "Declaração de Representação por Terceiros" que vieram agilizar o processo de adesão ou renovação de assinaturas Andante;
- Foi concedida pela AMT autorização para aceitar a declaração RSI da Segurança Social direta (emitida online) para comprovar o direito de acesso ao Social+
- Foi instalada a nova versão dos Postos de Venda Assistida (PVA) destacando-se:



- Acréscimo de funcionalidade na ficha de cliente que permite obter dados pessoais da matrícula escolar para renovação Sub23 online dispensando a entrega da declaração física em loja;
- Acréscimo de funcionalidade “Renovar perfil escolar” na opção “Ler Cartão”;
- Consentimento apresentação de cartão de cidadão com validade caducada sem necessidade de recorrer à seleção de outro tipo de documento;
- A renovação do Sub23 online permite a inserção de “Dados Escolares”;
- Deixa de ser impressa a folha de rosto aquando da remoção de um elemento da assinatura Andante Família;
- Inserção de tarifário Assinatura Combinada AMP/CIM TS.

### **3.12. Modelo Organizacional e de Negócio**

Com a entrada em vigor do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, a área metropolitana do Porto recebeu um amplo acervo de novas competências no domínio dos serviços públicos de transporte de passageiros, incumbindo-lhe ainda, nos termos do regime jurídico das autarquias locais e do estatuto das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a prossecução de atribuições em matéria de mobilidade e transportes. Adicionalmente, no âmbito da 1.ª Cimeira das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, realizada em 20 de março de 2018, foi sublinhada a importância da transferência para as áreas metropolitanas das funções de regulação, gestão e direção dos meios de transporte de passageiros de âmbito metropolitano e municipal, destacando -se, em especial, a função de gestão da bilhética, com vista a assegurar o desenvolvimento dos sistemas de bilhética intermodal e o controlo dos diversos fluxos financeiros e de informação envolvidos nesses sistemas.

Atendendo à crescente assunção de competências pela área metropolitana no setor dos transportes públicos de passageiros e da mobilidade, por via da transferência de competências ou por via da sua delegação, vem o Decreto-Lei nº 121/2019 dotar a área metropolitana do Porto da possibilidade de proceder à constituição da empresa metropolitana de transportes mediante a dissolução do agrupamento complementar de empresas (TIP, ACE), que assume competências em matéria de desenvolvimento e gestão de sistemas de bilhética integrados, comum a todos os operadores de serviço público de transporte de passageiros com atuação nas respetivas áreas de jurisdição, e à sua

liquidação mediante transferência global do respetivo património, para a nova empresa local a criar.

A área metropolitana do Porto encetou os estudos necessários à criação da empresa metropolitana de transportes (Transportes Metropolitanos do Porto - TMP), pelo que se aguarda a sua conclusão.

TMP  
+  
Kob-5  
✓

✓

Mp  
+  
debs  
L

#### 4. Caracterização da Rede Intermodal Andante

Zonas Intermodais em utilização	124
Operadores Aderentes	20
Linhas de Operadores Rodoviários	629
Estações de Operadores Ferroviários	121
Pontos de Venda *	1 581

\* excluindo rede SIBS

Tabela 1 - Indicadores da Rede Intermodal

- **124 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes**
  - ARC1 a ARC21, ESP1, GDM1 a GDM9, MAI1 a MAI5, MTS1 a MTS3, OAZ1 a OAZ8, PRD1 a PRD9, PRT1 a PRT3, PV\_VC, PVZ2 a PVZ6, SJM1, SMF1 a SMF12, STR1 a STR8, TRF1 a TRF3, VCB1 a VCB9, VCD2 a VCD12, VLG1 a VLG3, VNG1 a VNG12
- **20 operadores aderentes ao sistema intermodal**
  - CP + MP + STCP + Maré + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense + Landim + Funicular + Arriva + Rodonorte + Transdev Douro + Transdev Norte + Caima + UTC + Albano, Esteves & Martins
- **629 linhas de operadores rodoviários integradas**
  - 79 STCP + 33 Maré + 84 Valpi + 51 ETG + 48 Espírito Santo + 27 Maia Transportes + 49 MGC + 3 Nogueira da Costa + 64 Pacense + 8 Landim + 41 Arriva + 4 Rodonorte + 8 Transdev Douro + 26 Transdev Norte + 49 Caima + 44 UTC + 11 Albano, Esteves & Martins
- **121 estações de operadores ferroviários integradas**
  - [82 MP + 39 CP]
- **1.581 pontos de venda de títulos intermodais**
  - 10 Lojas Andante
    - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
  - 260 Máquinas de Venda Automática
    - 200 MP + 54 CP [área intermodal] + 6 CP [fora área intermodal]
  - 20 pontos de venda de Operadores Aderentes

B

- **13 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares, Trofa, Caíde, Marco de Canavezes, Penafiel, Paredes, Cete e Recarei.**
- **7 Postos Operadores Privados: Valpi, Caima, Maia Transportes, ETG [2], Espírito Santo [2]**
- **1.283 Agentes Payshop**
- **8 Revendedores: Aeroporto [Turismo do Porto e Norte de Portugal], Municípios de Santo Tirso, Vila do Conde, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Arouca, S. João da Madeira e Vale de Cambra.**
- **Rede Multibanco em todo o país [não considerado no quadro acima referido].**

Mp  
+  
K/S  
✓

M

MP  
STCP  
CP Porto  
Outros operadores

## 5. Atividade Comercial 2020

### 5.1. Validações

O exercício de 2020, conforme anteriormente referido, é um ano completamente atípico em todos os setores e consequentemente na utilização dos transportes públicos pelo que aqui se refletem os valores reais sem qualquer possibilidade de comparação face aos anos anteriores.

Foi registado um total de 106,2 milhões de validações respeitando 82,7% a assinaturas [40,9% normais e 41,7% sociais] e 17,3% a títulos ocasionais.

A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2020 é a apresentada na Figura 3 e na Tabela 2.

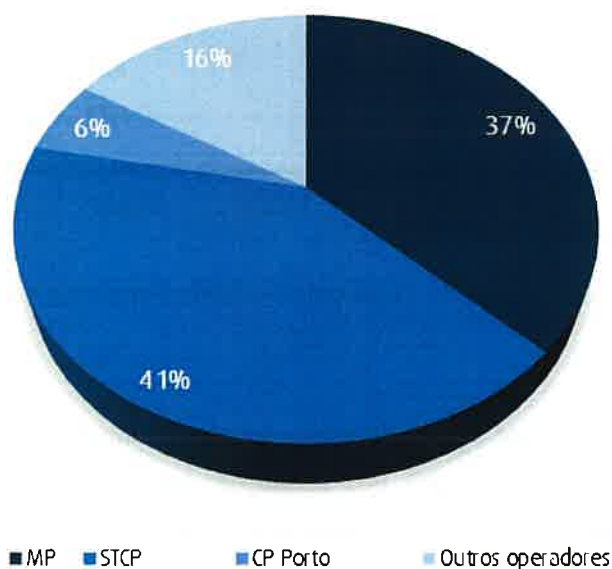


Figura 3 - Estrutura da Procura por Operador

MP

<b>Validações Intermodais</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 19/20</b>
<b>MP*</b>	60,75	62,82	71,49	39,49	-44,8%
<b>STCP</b>	61,02	62,04	69,47	43,56	-37,3%
<b>CP Porto</b>	4,85	5,04	8,40	5,97	-29,0%
<b>ETG/Gondomarenses</b>	6,79	6,85	7,74	4,79	-38,1%
<b>Resende</b>	3,87	4,14	5,26	3,20	-39,2%
<b>Espírito Santo</b>	3,24	3,21	4,10	2,30	-44,0%
<b>Valpi</b>	2,40	2,52	3,39	2,11	-37,8%
<b>MGC</b>	1,23	1,24	2,67	1,96	-26,6%
<b>Pacense</b>	0,13	0,26	0,45	0,34	-25,6%
<b>Maia Transportes</b>	0,15	0,18	0,60	0,53	-11,7%
<b>Nogueira da Costa</b>	0,08	0,09	0,10	0,05	-46,7%
<b>Landim</b>		0,02	0,07	0,05	-27,0%
<b>Arriva</b>			0,04	0,05	45,3%
<b>Caima</b>			0,34	0,34	0,6%
<b>Carvalhos</b>			1,26	1,29	2,4%
<b>Rodonorte</b>			0,01	0,02	7,4%
<b>Transdev Douro</b>			0,00	0,00	77,4%
<b>Transdev Norte</b>			0,10	0,10	-2,0%
<b>Albano, Esteves &amp; Martins</b>				0,04	
<b>Unidade: milhões de validações</b>	<b>144,50</b>	<b>148,40</b>	<b>175,50</b>	<b>106,19</b>	<b>-39,5%</b>

\* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

**Tabela 2 - Evolução do Número de Validações por Operador**

Relativamente à procura por zonas, constata-se ser a zona PRT1 [Porto Centro] a que regista maior utilização, com 39,3% das validações totais, seguindo-se as zonas VNG1 [Gaia Mafamude], com 11,6%, e PRT2 [Porto Ocidental], com 8,9%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais PRT1, PRT2, PRT3, MAI1, MAI4, VNG1 e MTS1, continuam a concentrar aproximadamente 83% do total de validações do SIA.

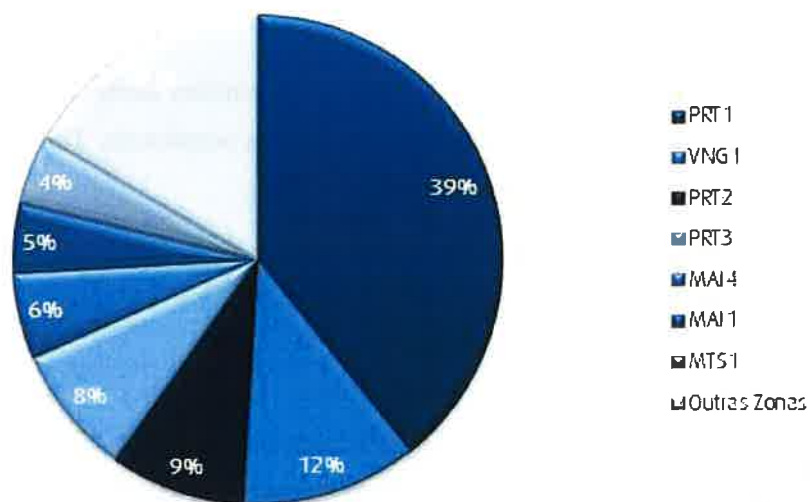


Figura 4 - Número de Validações por Zona

As deslocações de curta distância [clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas] representam 40,1% das validações efetuadas em 2020, sendo a maioria assumida títulos de 4 ou mais zonas (59,9%) em virtude da reformulação da oferta tarifária decorrente do PART.

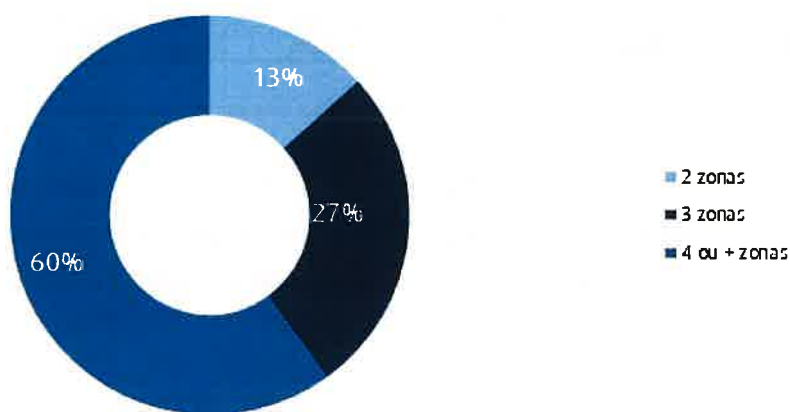


Figura 5 - Estrutura das Validações por Número de Zonas

Tp  
+  
dls  
✓

## 5.2. Quantidades Vendidas

Em 2020, foram dispensados cerca de 1,3 milhões de cartões Andante [em PVC e em papel], registou-se uma venda de 14 milhões de títulos ocasionais, 784 mil títulos de assinatura normal e 835 mil títulos de obrigação tarifária.

Os títulos de assinatura representam aproximadamente 10% da quantidade de títulos vendidos no exercício de 2020.

Títulos de Obrigação Tarifária			2016	2017	2018	2019	2020	Δ 19/20
<b>Quantidade Vendida</b>								
Tarifário Social Andante (TSA)	Criança		9 487	10 302	10 772	7 073		
	Estudante		291 426	293 655	284 231	184 980		
	3ª Idade		256 154	274 332	271 745	397 376	271 497	-31,68%
	Ref. / Pens.		377	135	70	466		
	<b>Sub-Total</b>		<b>557 444</b>	<b>578 424</b>	<b>566 818</b>	<b>589 895</b>	<b>271 497</b>	<b>-53,98%</b>
4_18@escola.tp	4_18				10 420	105 841	119 568	12,97%
	4_18 (A)		74 453	74 278	71 718	71 854	37 393	-47,96%
	4_18 (B)		22 916	23 429	17 373			
	4_18 (F)		170	57	22			
	<b>Sub-Total</b>		<b>97 539</b>	<b>97 764</b>	<b>99 533</b>	<b>177 695</b>	<b>156 961</b>	<b>-11,67%</b>
Sub23@superior.tp	Sub23			6 489	23 458	85 361	85 880	0,61%
	Sub23 (A)		97 576	107 809	115 102	134 928	89 290	-33,82%
	Sub23 (F)		49	7				
	<b>Sub-Total</b>		<b>97 625</b>	<b>114 305</b>	<b>138 560</b>	<b>220 289</b>	<b>175 170</b>	<b>-20,48%</b>
Social+	Social+		238 866	240 358	224 781	232 313	155 644	-33,00%
	Social+ (A)		47 239	52 650	55 645	66 198	46 437	-29,85%
	Social+ (D)		4 379	4 218	4 050	5 623	3 079	-45,24%
	Social+ (R)		625	135	99	41	12	-70,73%
	<b>Sub-Total</b>		<b>291 109</b>	<b>297 361</b>	<b>284 575</b>	<b>304 175</b>	<b>205 172</b>	<b>-32,55%</b>
Família						10 666		
Sub 13					17 163	15 878	-7,49%	
<b>TOTAL</b>		<b>1 043 717</b>	<b>1 087 854</b>	<b>1 089 486</b>	<b>1 309 217</b>	<b>835 344</b>	<b>-36,2%</b>	
<b>Peso total venda assinaturas</b>		<b>60,1%</b>	<b>58,6%</b>	<b>59,0%</b>	<b>55,0%</b>	<b>51,6%</b>		

Tabela 3 - Evolução da Procura dos Títulos de Obrigação Tarifária

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – traduz o forte impacto negativo que a pandemia imprimiu ao setor tendo sido vendidos cerca de 11 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 17 mil títulos Andante Tour 3.

## 5.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2020, a 68,2 milhões de euros sendo parte significativa da receita resultante da venda em MVA instaladas na rede MP [37,1%].

O canal de revendedores Payshop surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos, na ordem dos 36%, tendo este canal assumido um acréscimo de aproximadamente 6% face ao ano anterior.

✓



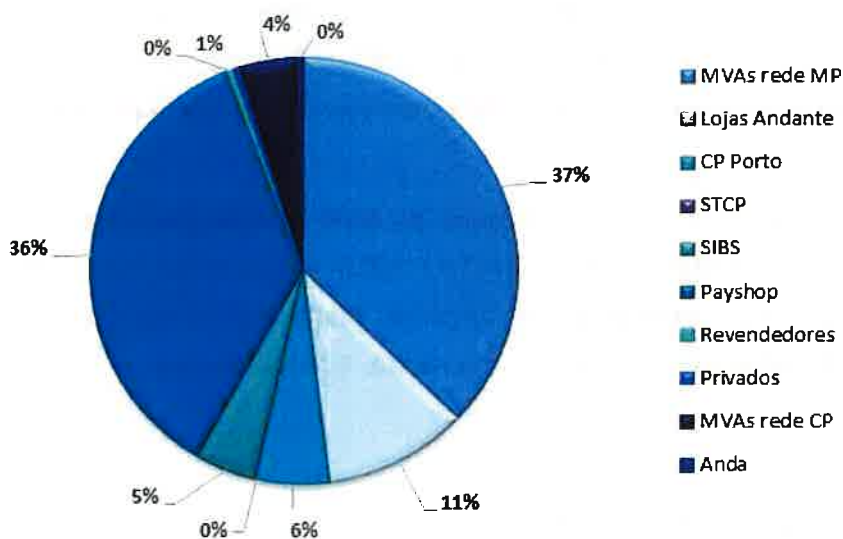


Figura 6 - Estrutura das Vendas por Canal

Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2020, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas Máquinas de Venda Automática, nas Caixas Multibanco a através da APP **anda**, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Payshop, pontos de venda Andante dos Municípios e terminais dos operadores privados.

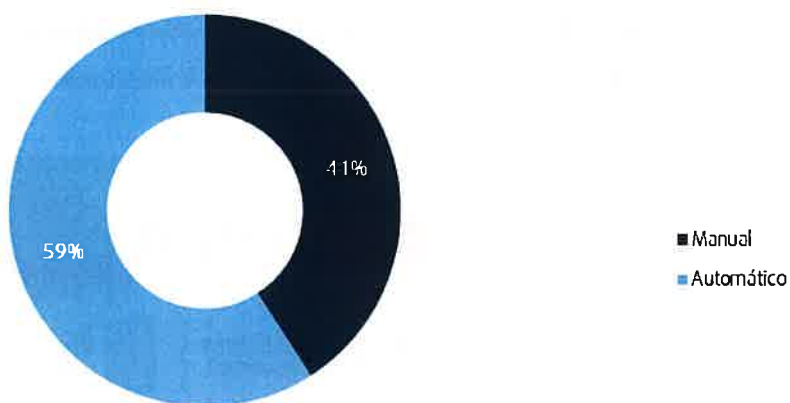


Figura 7 - Estrutura das Vendas por Tipo de Canal

Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2020 [1.619 mil], as respetivas validações [87,80 milhões] e a receita correspondente [47,75 milhões de euros], permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,54 euros por cada validação e efetuaram, em média, 54,22 validações por mês.

Mp  
Kto  
✓

As assinaturas normais representaram 784 mil carregamentos e 43,47 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 27,43 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,63 euros por cada validação e um número médio mensal de 55,46 validações.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados [13,86 milhões], das respetivas validações [17,97 milhões] e da receita correspondente [18,66 milhões de euros], conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,04 euros por cada validação e efetuaram, em média, 1,30 validações.

#### 5.4. Comunicação com o cliente

O ano de 2020 fica marcado como um exercício atípico na história dos transportes públicos.

A comunicação com o cliente assumiu um carácter maioritariamente informativo sobre regras a cumprir na utilização do transporte público durante o estado pandémico vivido pelo país, encerramento de lojas e alterações de horários, suspensão de validações durante um período de tempo, entre outras.

É de relevar o lançamento do título de assinatura Andante Família para agregados familiares (mínimo 3 elementos) com domicílio fiscal num dos 17 Municípios da Área Metropolitana do Porto atribuída a cada membro do agregado familiar que permite o pagamento total do valor equivalente a 2 assinaturas Andante 3Z / Municipal (60 euros) ou do valor equivalente a 2 assinaturas Andante Metropolitano (80 euros).



As campanhas de renovação obrigatória de perfil 4\_18 e Sub23 promovendo a sua renovação atempada são um momento de comunicação por excelência pretendendo-se

ty

Mp  
+  
dub  
✓

evitar a concentração de pessoas nas lojas Andante gerando filas marcadas por elevados tempos de espera. Para além da comunicação direta e envio de material gráfico para os Agrupamentos Escolares, Universidades, Associações de Estudantes, Confederações de Pais, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção Geral do Ensino Superior, entre outros, foram também enviados SMS a todos os estudantes com o perfil 4\_18 e SUB23 recordando a obrigatoriedade de renovação anual de perfil.

Em setembro, o TIP e a Universidade do Porto (UP) renovaram a parceria que permite aos estudantes da UP, renovar o perfil Andante Sub23 de forma digital, remotamente e no conforto da sua casa, evitando assim as longas filas de espera que habitualmente se formam no final do mês. Todos os documentos necessários à renovação do Andante Sub23 e que, até aqui, tinham que ser entregues presencialmente, puderam ser validados por via digital bastando para tal aceder ao site [estudante.tip.pt](http://estudante.tip.pt) onde, após autenticação no sistema da Universidade do Porto e registo do número do cartão Andante do aluno ou do número de telemóvel associado à sua APP Anda, fica com o perfil SUB23 automaticamente renovado. Esta parceria beneficia aproximadamente 32.000 estudantes da Universidade do Porto.



Mantiveram-se em 2020 os acordos estabelecidos com diversas empresas concedendo descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar.

h

### 5.4.1. Call Center

Em 2020, a atividade de atendimento da Linhandante (LA) foi substancialmente reduzida face ao contexto pandémico vivido pelo país que originou uma drástica redução na utilização do transporte público.

Foram rececionadas aproximadamente 36 mil chamadas de clientes ou lojas Andante e registaram-se 4.440 reclamações.

A LA respondeu a 3.046 pedidos de informação, sobretudo esclarecimentos sobre a assinatura gratuita SUB13, adesão à assinatura Porto., dúvidas sobre o tarifário PART e a APP anda, questões sobre o alargamento da Rede Intermodal Andante, adesão de novas linhas de operadores privados e respetivos percursos, questões sobre reembolsos de mensalidades já carregadas e não utilizadas no âmbito do estado de emergência decretado, pedidos de 2ª vias de fatura, nova assinatura Andante Família, entre outros.

Foram contactados 1.849 clientes, para atualização de dados relativos aos processos sociais entregues.

Registaram-se 1.518 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida [PVA] e validadores, as quais foram devidamente encaminhadas para os prestadores de serviço de manutenção.

Foram ainda registados 549 cartões de papel inativos decorrentes do processo de alteração do modelo de dados nos validadores.

### 5.4.2. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2020 (4.440) registou naturalmente um decréscimo de aproximadamente 50% face a 2019 (8.858).

É de salientar um aumento significativo de novas reclamações referentes a:

- Assinaturas Sociais

Crescimento de 147% (440 reclamações em 2020 vs 178 reclamações em 2019) relacionado maioritariamente com processos de renovação/adesão de perfis sociais.

Uma vez que a Tutela obriga a entrega de documentos originais, os clientes tiveram maior dificuldade na obtenção destes documentos junto das entidades emissoras, devido ao COVID19. Nesse sentido, o TIP tem possibilitado a entrega de documentos com assinatura digital da entidade. Estão consideradas neste assunto também as reclamações sobre alguns constrangimentos e dúvidas dos alunos na utilização das novas funcionalidades

14  
que arrancaram em setembro – novos processos de adesão/renovações online dos alunos da UP e alunos do Município de Gaia.

- SIBS

Crescimento de 400% (375 reclamações em 2020 vs 75 reclamações em 2019) tendo como base um problema decorrido no final de fevereiro de 2020 (cartão inválido após o carregamento da assinatura na ATM). No início de março a anomalia foi ultrapassada, embora tenha gerado mais de 300 reclamações.

Também neste tema estão englobadas reclamações sobre a impossibilidade de carregamento nas ATM de séries específicas de cartões PVC, situação ainda em análise na SIBS.

MP  
+  
SIBS  
✓

13

## 6. Auditorias à Atividade do TIP

### 6.1. Inspeção Geral de Finanças

Conforme ofício 2020/220/A11/640 enviado pela Inspeção Geral de Finanças [IGF], foi realizada uma auditoria financeira, a qual teve como objetivo principal analisar a conformidade do método de cálculo da compensação financeira objeto do *Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante*, assim como proceder à certificação da mesma para o exercício de 2019.

O Relatório nº 115/2020 emitido pela IGF em dezembro de 2020 certifica o montante global de 909 213,13 euros referente à compensação financeira a atribuir pelo Estado para o primeiro trimestre de 2019 pelo serviço público prestado no âmbito do *Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante*.

M  
+  
kbo  
✓

## 7. O TIP e os seus Colaboradores

### 7.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.

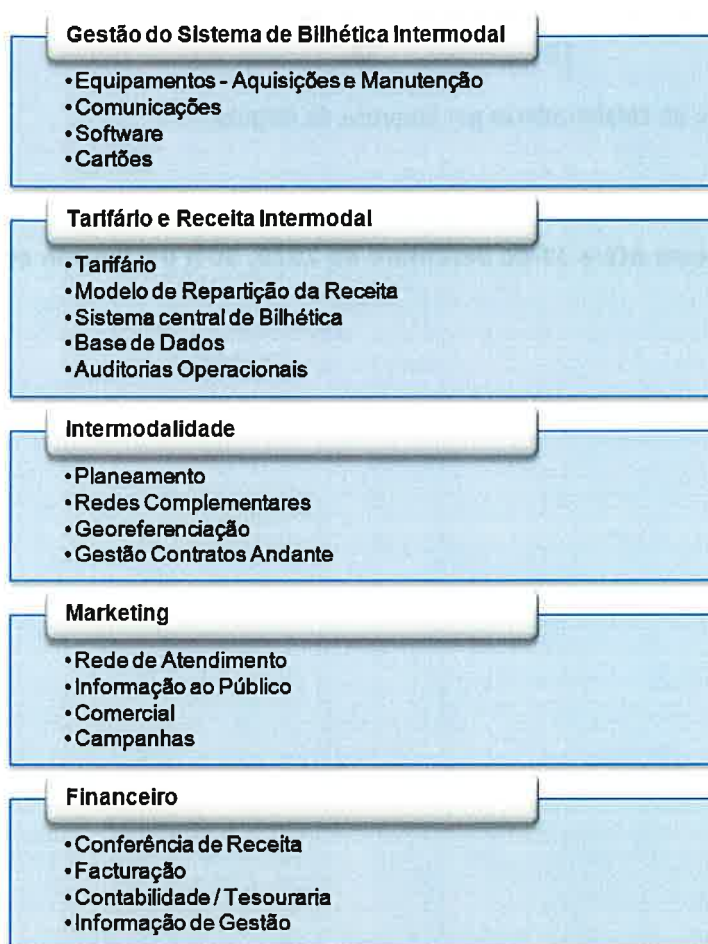


Figura 8 - Estrutura Organizacional

### 7.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de

h

MP  
465  
✓

peçoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

<b>Colaboradores / Empresa</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
MP	8	8	8
STCP	4	4	4
CP	1		
	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>12</b>

Tabela 4 - Número de Colaboradores por Empresa de Origem

Dos 12 elementos em serviço neste ACE a 31 de dezembro de 2020, 50% pertencem ao sexo feminino.



## 8. O TIP e as suas Agrupadas

### 8.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA [MP], Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA [STCP] e Comboios de Portugal, EPE. [CP].

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros [trinta mil euros], mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

<b>Empresa</b>	<b>% Capital</b>
CP - Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	33,3%

### 8.2. Composição dos Órgãos Sociais

Durante o ano de 2020 destaca-se a seguinte alteração na composição dos Órgãos Sociais do ACE:

- 13/07/2020: Nomeação por cooptação do Senhor Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro para o cargo de Administrador, indicado pela agrupada CP – Comboios de Portugal, EPE, para preencher o lugar vago por renúncia do Senhor Dr. Fernando Manuel Moreira.

### Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2019-2021, foi aprovada em reunião deste órgão de 19 de junho de 2019.

### **Mandato 2019 - 2021**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice - Presidente	Henrique Costa Ramos Megre
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

### **Conselho de Administração**

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente.

Os membros do Conselho de Administração para o para o triénio 2019-2021 forem eleitos em reunião de Assembleia Geral de 19 de junho de 2019.

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, SA
Vogal	Fernando Manuel Moreira <sup>(1)</sup>	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro <sup>(2)</sup>	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleita pela Assembleia Geral
Administradora Delegada	Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	Eleita pela Assembleia Geral

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020  
(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, “compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração.

### Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, “o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas”.

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2019-2021 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 19 de junho de 2019 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20161396, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314), desde o exercício de 2013.

AP  
7  
Lts  
✓

### **8.3. Modelo de Governo do TIP**

**O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.**

7

Mp  
+  
Ludo  
✓

## 9. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações entretanto introduzidas, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício-circular nº 174 de 12 de janeiro de 2021 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

### 9.1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento

Não foram definidos objetivos de gestão pelas Agrupadas para o ano de 2020.

O Plano de Atividades foi aprovado pela Assembleia Geral na sua reunião de 14 de julho de 2020. A execução financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2020 é apresentada na tabela seguinte.

INDICADORES TIP	31/12/2019	31/12/2020	Δ 19/20	Orçamento 2020	% Execução
Colaboradores cedidos pelas Agrupadas	12	12	0,0%	13	92%
Custos Operacionais (sem amortizações)	4 448 003	3 758 418	-15,5%	4 894 733	77%
Volume de Negócios	7 242 476	4 063 515	-43,9%	7 680 569	53%
Resultado Líquido Exercício	2 277 260	-193 486	-108,5%	2 312 790	-8%
EBITDA	2 999 253	541 795	-81,9%	2 987 686	18%
Investimento	754 765	625 475	-17,1%	1 297 000	48%

[valores expressos em euros]

### 9.2. Gestão do Risco Financeiro

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	3 156,00
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2,11%

No exercício de 2020, a empresa não teve qualquer montante relativo a passivo remunerado.

### 9.3. Limite de Crescimento do Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

17

Passivo Remunerado (€)	2020	2019	Δ 20/19	
			Valor	%
Financiamentos Obtidos	0,00	0,00	0,00	-
....dos quais concedidos pela DGTf	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital po conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	-

17p  
K60  
✓

À data de 31 de dezembro de 2020, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.

#### 9.4. Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos ("*arrears*"), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 - A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2018	2019	2020	Δ 20/19
Prazo (dias)	78	116	84	-27,59%

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	71 961	-564	16 819	13 454	-7249
Aquisições de Capital	0	0	0	0	17 694
<b>Total</b>	<b>71 961</b>	<b>-564</b>	<b>16 819</b>	<b>13 454</b>	<b>10 445</b>

#### 9.5. Recomendações quando da Aprovação das Contas de 2019

Não foi emitida qualquer recomendação dos acionistas quando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2019.

#### 9.6. Remunerações

##### Mesa da Assembleia Geral

tz

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2019 - 2021	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Maçalhães	n. a.	n. a.
2019 - 2021	Vice-Presidente	Henrique Costa Ramos Megre	n. a.	n. a.
2019 - 2021	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n. a.	n. a.
				n. a.

### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pela Administradora Delegada é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim / Não	Entidade Origem	Entidade pagadora (O/D)	
2019 - 2021	Presidente	Tiago Filipe da Costa Braga	AG	19/05/2019	n. a.	n. a.	n. a.	1
2019 - 2021	Vogal	Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	AG	19/05/2019	n. a.	n. a.	n. a.	1
2019 - 2021	Vogal	Fernando Manuel Moreira	AG	19/05/2019	n. a.	n. a.	n. a.	1
2019 - 2021	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	19/05/2019	n. a.	n. a.	n. a.	2
2019 - 2021	Administradora Delegada	Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	AG	13/12/2019	n. a.	n. a.	n. a.	1

(1) Indicar Resolução (R) / AG / DUE b/ Despacho (D)

(2) Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no nº 8 do artigo 28º do EGP ; entidade pagadora (O-Origem / D-Destino)

Membro do CA (Mandato 2019-2021)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.	Presidente	Público
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Vogal	Público
Fernando Manuel Moreira (1)	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Diretor	Público
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Vogal	Público
Maria João Ferreira da Silva Santos	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Técnica Superior	Público
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	n. a.	n. a.	n. a.

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

Mp  
+  
Helo  
✓

Membro do CA (Mandato 2019-2021)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
(Nome)	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ángelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (1)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

Membro do CA	Remuneração Anual 2020 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
(Nome)	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)+(5)
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ángelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (1)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	57 941,67	1 435,84	59 377,51	0,00	0,00	59 377,51

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outras	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ángelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (1)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	6,41	1 435,84	Segurança Social	13 848,39	450,38	0,00	Seguro ACT	344,39
		<b>1 435,84</b>		<b>13 848,39</b>	<b>450,38</b>	<b>0,00</b>	<b>Seguro ACT</b>	<b>344,39</b>

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA	Encargos com Viaturas (€)							
	Viatura atribuída	Celebração do contrato	Valor de referência da	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas
(Nome)	S/N	S/N	(€)	(Identificar)			(€)	(€)
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ángelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (2)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (3)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	Sim	Sim	n. a.	Outra	2020	n. a.	504,93	5 554,23

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou Outra

(2) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(3) Cooptação em AG de 14/07/2020

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
Identificar				Valor		
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ángelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (1)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
						<b>0,00</b>

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

7



17p  
7  
16/3

## Fiscal Único

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº inscrição na SROC	Nº inscrição na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2019 - 2021	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	20161395	AG	19/06/2019	n. a.	n. a.	18,00

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)  
Nota: Mencionar o eleito (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome ROC / FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 €			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 €		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5 000,00	0,00	5 000,00		0,00	0,00	0,00

## Auditor Externo

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado nos quadros seguintes.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº inscrição na OROC	Nº inscrição na CMVM				
BDO & Associados, S. R. O. C., Lda	29	20 161 384	04/09/2019	Exercícios de 2019, 2020 e 2021	n. a.	2

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 €			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 €		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados, S. R. O. C., Lda	5 580,00	0,00	5 580,00		0,00	0,00	0,00

## Restantes Trabalhadores

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

## 9.7. Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não foram reembolsadas a gestores públicos quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

17

Mp  
+  
Hds  
✓

O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Mandato 2019-2021)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
(Nome)			
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (1)	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	80,00	192,71	n. a.

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é apresentado nos quadros seguintes.

Membro do CA (Mandato 2019-2021)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
(Nome)					
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira (1)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Pedro Manuel Franco Ribeiro (2)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	200,00	1 066,32	395,88	1 462,20	n. a.
				<b>1 462,20</b>	

(1) Renunciou ao cargo em 08/07/2020

(2) Cooptação em AG de 14/07/2020

## 9.8. Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

## 9.9. Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio nem processa remunerações.

3

7p  
+  
De 15  
✓

#### **9.10. Relatório anual sobre prevenção da Corrupção**

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

#### **9.11. Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública**

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

#### **9.12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas**

Não aplicável.

#### **9.13. Medidas de redução de gastos operacionais**

Não aplicável.

#### **9.14. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria**

Em cumprimento do disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de junho de 2019, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019, a decisão de contratar a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas é tomada em situações excecionais

B

Mp  
+  
JL  
✓

devidamente fundamentadas e desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

No exercício, não se verificaram contratações enquadráveis no disposto no n.º 2 do referido artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, que incidam em matéria económico-financeira ou jurídica, de natureza iminente estratégica, nomeadamente no âmbito de operações de reestruturações, fusões e aquisições, alienação de participações ou de ativos, relação com entidades supervisoras e com a União Europeia e outras Instituições Europeias.

### 9.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais. O Despacho do IGCP de 23 de novembro de 2020 vem excecionar a colocação dos referidos fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	6 338 995,14	9 485 387,41	10 198 261,76	9 377 181,01
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6 338 995,14</b>	<b>9 485 387,41</b>	<b>10 198 261,76</b>	<b>9 377 181,01</b>

3

Banca Comercial/IBAN	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Millennium BCP	350 264,58	916 905,43	1 099 738,32	1 608 431,31
Banco Santander	236 866,71	346 851,50	386 559,96	319 340,88
Caixa Geral de Depósitos	68 571,53	5 953,94	84 554,30	12 371,48
<b>Total</b>	<b>655 702,82</b>	<b>1 269 710,87</b>	<b>1 570 852,58</b>	<b>1 940 143,67</b>
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

O saldo disponível em contas TIP mantidas na banca comercial à data de 31-12-2020, corresponde, em grande medida, ao depósito de valores relativos ao serviço de recolha de valores e a terminais de pagamento automático [TPA] das máquinas de venda automática [MVA] e postos de venda assistida [PVA].

#### 9.16. Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

#### 9.17. Divulgação de Informação

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE [Portal da DGTF].

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em [www.linhandante.com](http://www.linhandante.com).

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.

17p  
 +  
 Jabo  
 ✓

## 10. Desempenho Económico e Financeiro

### 10.1. Introdução

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética intermodal comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, três empresas agrupadas e dezasseis operadores rodoviários privados.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal da empresa agrupada STCP.

Em termos de orientação económica e financeira, é reconhecido que o objetivo deste ACE não consiste na maximização dos seus resultados, mas antes corresponde à otimização da eficiência da rede comercial e do sistema de bilhética, na dupla perspetiva do cliente e das empresas agrupadas: a primeira visando facilitar o acesso ao transporte público e a segunda orientada para a redução dos custos de operação dos sistemas. Posiciona-se, assim, este agrupamento como uma entidade instrumental, sujeita a princípios de eficácia e de equilíbrio económico.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos.

### 10.2. Situação Patrimonial

BALANÇO	2019	2020	Varição 2020/19
Ativos Fixos Tangíveis	1 431 325	1 183 689	-17,30%
Ativos Intangíveis	1 828 672	1 985 850	8,60%
Inventários	484 415	428 873	-11,47%
Clientes	897 589	922 042	2,72%
Estado e outros entes públicos	4 883	103 457	2018,55%
Outros créditos a receber	3 982 917	2 023 332	-49,20%
Diferimentos	3 816	820	-78,50%
Caixa e Depósitos Bancários	11 323 905	11 559 077	2,08%
<b>Ativo</b>	<b>19 957 522</b>	<b>18 207 141</b>	<b>-8,77%</b>
Capital subscrito	30 000	30 000	0,00%
Resultados transitados	1 671 395	3 948 655	136,25%
Subsídios ao investimento	1 012 410	877 734	-13,30%

7

Resultado líquido do período	2 277 260	-193 486	-108,50%
<b>Capital Próprio</b>	<b>4 991 065</b>	<b>4 662 904</b>	<b>-6,57%</b>
Passivo não corrente	11 166	0	-100,00%
Fornecedores	1 294 193	690 260	-46,66%
Fornecedores de Investimentos	127 261	191 823	50,73%
Estado e outros entes públicos	7 718	128 909	1570,27%
Outras dívidas a pagar	13 526 120	12 533 245	-7,34%
<b>Passivo</b>	<b>14 966 458</b>	<b>13 544 237</b>	<b>-9,50%</b>

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2020 um nível de investimento na ordem dos 625 mil de euros (face a 755 mil euros no ano anterior), na sua maioria referente a Projetos Piloto de Novas tecnologias (41%) e ao novo Portal andante (26%). O valor restante é justificado, em grande medida, por investimentos de requalificação do parque de equipamentos de bilhética, com o intuito de garantir a sua disponibilidade e prolongar a vida útil dos mesmos.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se um aumento das dívidas de clientes (3%), ascendendo estas a 922 mil euros no final do exercício. Este aumento resulta sobretudo da faturação aos Municípios do Porto e Vila Nova de Gaia, relativa ao Protocolo Andante Porto e às requisições de títulos de transporte Sub 23, disponibilizados em 2020 e faturadas em dezembro desse ano, mas cujo pagamento será efetuado em 2021.

A rubrica outros créditos a receber regista um decréscimo na ordem dos 49% face ao ano anterior, para um total no final do exercício de 2 milhões de euros. Este decréscimo resulta sobretudo da receita em poder de terceiros no valor de 386 mil de euros (1,9 milhões de euros em 2019), valor que corresponde à receita intermodal em trânsito à data de 31 de dezembro de 2020, e que ainda não tinha sido transferida para as contas bancárias do TIP. Também contribuiu para este decréscimo a “receita intermodal a transferir” no valor de 466 mil euros, correspondente a receita de títulos vendidos nas MVA da CP e que, à data de 31 de dezembro de 2020, também não tinha sido ainda transferida para as contas bancárias do TIP (1,2 milhões de euros à data de 31 de dezembro de 2019).

Os valores a receber do Estado, 103 mil euros, são quase na totalidade referentes a verbas de IVA-Imposto sobre o valor Acrescentado (98 mil euros) e uma parte relativa a IRC-Retenções na fonte a receber (5 mil euros).

A rubrica caixa inclui receita em trânsito no valor de -13,6 mil euros, correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2020.

Os capitais próprios, ascendem em 2020 a 4,7 milhões de euros, um decréscimo de aproximadamente 7% face ao ano transato (5 milhões de euros em 2019). A quebra nesta rubrica resulta, quer do resultado líquido negativo que se verificou no exercício, quer na diminuição dos subsídios ao investimento recebidos.

No final de 2020, o passivo não corrente não apresenta qualquer valor, uma vez que se procedeu à anulação da provisão constituída no exercício de 2019, no total de 11 mil euros, dada a não existência de processos judiciais em curso.

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica outras dívidas a pagar, em grande medida composta por receita intermodal repartida e faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA, genericamente processada em data posterior ao fecho de cada mês. Esta rubrica registou um decréscimo de 7% relativamente a 2019.

De salientar ainda o aumento de 50% das dívidas a fornecedores de investimentos e uma diminuição de 47% das dívidas a fornecedores correntes. O primeiro caso resulta dos investimentos em curso, nomeadamente do desenvolvimento e fornecimento do software MESS.

Os valores a pagar ao Estado, 129 mil euros, são quase na totalidade referentes a verbas de IVA-Imposto sobre o valor Acrescentado.

### 10.3. Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2019	2020	Varição 2020/19
CMVMC	-459 941	-178 053	-61,29%
Fornecimentos e serviços externos	-3 395 832	-2 924 934	-13,87%
Gastos com o pessoal	-592 230	-655 431	10,67%
Imparidade de dívidas a receber	-6 638	0	-100,00%
Outros gastos e perdas	-44 052	-118 382	168,73%
Provisões líquidas	-11 166	11 166	-200,00%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-712 974	-715 933	0,42%
Juros e gastos similares suportados	-8 416	-15 837	88,19%
Imposto sobre o rendimento do período	-604	-3 511	480,92%
<b>Gastos</b>	<b>-5 231 853</b>	<b>-4 600 915</b>	<b>-12,06%</b>
Vendas e serviços prestados	7 242 476	4 063 515	-43,89%
Outros rendimentos e ganhos	266 636	343 915	28,98%
Juros e rendimentos similares obtidos	1		-100,00%
<b>Rendimentos</b>	<b>7 509 113</b>	<b>4 407 429</b>	<b>-41,31%</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>2 277 260</b>	<b>-193 486</b>	<b>-108,50%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>2 999 253</b>	<b>541 795</b>	<b>-81,94%</b>

[valores expressos em euros]



O EBITDA e o resultado líquido registaram ambos um decréscimo significativo relativamente ao ano anterior, o primeiro em cerca de 109% para o valor de -193 mil euros, e o segundo em 82% para o valor de 542 mil euros.

A rubrica outros rendimentos e ganhos registou um acréscimo de 29% face ao ano anterior (-77 mil euros face a 2019). Nesta rubrica foram contabilizados os rendimentos relativos ao desreconhecimento dos talões "Vale Numerário" expirados e não descontados, a imputação de subsídios ao investimento e ainda os rendimentos relativos ao desreconhecimento do valor total referente aos títulos Andante Pro expirados e não validados.

De referir a diminuição, em termos agregados, de 12% do total dos gastos e 41% dos rendimentos. Este decréscimo é justificado pela redução da procura verificada em 2020, consequência das limitações e ajustamentos significativos à operação do transporte público de passageiros, medidas decorrentes da pandemia COVID-19, nomeadamente das orientações da Direção-Geral da Saúde e da imposição do Estado de Emergência

O valor registado na rubrica Imparidade de dívidas a receber no exercício de 2019 refere-se exclusivamente a clientes em mora há mais de 24 meses.

	2019	2020	Varição 2020/19
Custos Operacionais	4 448 003	3 758 418	-15,50%
Receitas Operacionais	7 242 476	4 063 515	-43,89%
<b>Grau de Cobertura Operacional</b>	<b>162,83%</b>	<b>108,12%</b>	<b>-54,71 p.p.</b>

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional registou uma variação negativa face a 2019 de -55 p.p. Este indicador traduz a cobertura dos custos operacionais sem amortizações pelas receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP. Este facto resulta da já referida redução dos gastos e rendimentos, consequência da situação vivida em 2020, nomeadamente os confinamentos implementados no país como medidas de combate à pandemia que se verifica a nível mundial.

#### 10.4. Gestão de riscos

##### Risco Liquidez

O risco de liquidez resulta de um passivo corrente superior ao ativo corrente. O TIP faz uma gestão de recebimentos e pagamentos, por forma a assegurar níveis adequados de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2020 o fundo de maneiio - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 1.493.364 euros (1.742.233 euros positivos em 31 de dezembro de 2019), sendo que o grau de liquidez imediata se situou nos 2,55 (2,59 em 31 de dezembro de 2019), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

17p  
+  
Velas  
✓

	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
Caixa e depósitos bancários	11.559.077	11 323 905
Receita em poder de terceiros	1.198.565	1 872 559
Operadores conta corrente	465.657	1 228 365
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>13.223.299</b>	<b>14 424 829</b>
Fornecedores	690.260	1 294 193
Fornecedores de investimentos	191.823	127 261
Estado e outros entes públicos	128.909	7 718
Credores diversos	3.923.074	3 709 643
Remunerações	71.763	60 298
Outros	170.013	380 672
<b>(2) Passivo de curto prazo (i)</b>	<b>5.175.842</b>	<b>5 579 785</b>
<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>2,55</b>	<b>2,59</b>

(i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
Fornecedores	296.899	568.523
Créditos diversos	2.724.788	2.994.498
<b>Passivo curto prazo – Agrupadas</b>	<b>3.021.687</b>	<b>3.563.022</b>
Fornecedores	393.360	725.669
Créditos diversos	1.760.794	1.291.094
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.154.155</b>	<b>2.016.763</b>
<b>Total do Passivo curto prazo</b>	<b>5.175.842</b>	<b>5.579.785</b>

13

MP  
+  
V.B.  
✓

### **10.5. Eventos Subsequentes**

Nada a referir.

### **10.6. Informação adicional COVID-19**

A pandemia provocada pelo COVID-19 continua a afetar significativamente a atividade da Empresa no início do ano de 2021. Espera-se, contudo, que os efeitos nefastos da contenção provocados por esta pandemia possam ser esbatidos à medida que o plano de desconfinamento, atualmente em vigor, seja totalmente concretizado e o número de pessoas vacinadas cresça até se atingir a imunidade de Grupo em Portugal.

Apesar da evolução e respetivos impactos do COVID-19 não serem quantificáveis (dada a elevada incerteza associadas à evolução da mesma), é expectável que os resultados de 2021 estejam em linha com os atingidos em 2020.

Não obstante, a continuidade da atividade do Agrupamento, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros, não se perspetivam comprometidos por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme previsto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73..

### **10.7. Proposta de Aplicação dos Resultados**

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo apurado no exercício, no valor de 193 485,72 euros [cento e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos], seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Porto, 22 de junho de 2021

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

B

Presidente:

~~\_\_\_\_\_~~

Vogais:

Margarida

Pedro Ribeiro

Jana Margarida de Jesus

Am

Tal como se encontra mais detalhadamente descrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, deverão ocorrer no ano em curso um conjunto de intervenções muito relevantes para o TIP, entre as quais se destacam:

#### **A. Cartões Bancários EMVco no Sistema Intermodal Andante**

O TIP acredita haver condições para lançar finalmente o Piloto EMVco (MTT) durante o primeiro semestre de 2021, não só do ponto de vista da melhoria da condição sanitária, mas também da conseqüente recuperação da procura nos transportes públicos.

A partir do início de 2021, encetará a preparação dos últimos detalhes, quer técnicos (testes internos, testes família-e-amigos), quer do reforço da formação de suporte, quer finalmente dos aspetos de comunicação e marketing, necessários à ativação e divulgação do referido Piloto.

Com a realização do concurso de aquisição de novos Validadores, pelo MP, e a possibilidade da sua colocação em serviço em tempo útil, será provavelmente necessário reequacionar o âmbito e ambição do Piloto (Fase 1), que tendencialmente se confundirá com o que se tinha previamente definido como Fase 2. Em prol desta convicção, corre também a possibilidade da STCP poder lançar, no decorrer de 2021, o concurso para aquisição do seu novo sistema de bilhética, com validadores adequados à integração neste projeto.

MP  
+  
JHS

## B. O anda em IOS (Apple)

O TIP prevê para 2021 o relançamento do projeto **anda** com incidência no desenvolvimento de uma diversidade de novos elementos:

- Alterações da interface com o utilizador, de forma a proporcionar uma melhor experiência de utilização;
- Desenvolvimento da versão do **anda** para IOS, na sequência dos novos desenvolvimentos da APPLE com a RATP (Paris), apostando na tecnologia Apple Pay;
- Integração do **anda** no novo Portal Andante;
- Criação de ferramenta Dashboard e de análise de dados, baseada em Microsoft Power BI, tirando partido da experiência adquirida pelo TIP em projeto idêntico relativo à gestão do negócio do TIP.

## C. API Andante (APex) e MeSS

O ano de 2021 concentrará a atividade mais significativa do esforço continuado de melhoramentos relacionados, quer com a nova API Andante APEX, quer com a Interface Central de Bilhética (suportada no MeSS), ambos iniciados em 2020.

Estas ações prendem-se com o reapetrechamento do TIP relacionado com:

- Os novos sistemas de bilhética adquiridos ou a adquirir pelos seus associados (MP, STCP e CP);
- O novo paradigma de contratação dos serviços rodoviários na AMP, com o potencial aparecimento de novos operadores;
- A forma de reforçar a capacidade de integração com sistemas de bilhética de CIMs limítrofes à AMP.

## D. Portal Andante

O Portal Andante foi uma das apostas mais estruturante do TIP em 2019/2020, e prevê-se a sua colocação em serviço no início do 2º semestre de 2021, o qual, acredita-se, abrirá uma nova era no relacionamento do SIA com os seus clientes/utilizadores.

7

76  
+  
fbs  
—

### **E. CCB/PGiA (Plataforma de Gestão Intermodal Andante)**

O atual CCB do TIP é um sistema de informação desenhado em 2003, e que tem quase vinte anos de história de alterações executadas por diversas entidades em diversas situações.

Neste momento de passagem da propriedade dos sistemas de bilhética para os operadores, da transformação dos paradigmas de gestão da mobilidade na AMP, da possibilidade do TIP ser instrumental na integração com CIMs limítrofes e que rebatam na AMP, torna-se imperativo para o TIP levar a cabo uma mudança estrutural dos seus sistemas de informação, tirando total partido da consolidação e divulgação de toda uma nova geração de modelos tecnológicos.

O TIP pretende, assim, em 2021, lançar a contratualização público do seu novo CCB, batizado agora PGiA – Plataforma de Gestão Intermodal Andante, iniciando um trabalho de desenvolvimento que se prolongará por, pelo menos, mais um ano.

### **F. Cartão Virtual Multi-City (Cartão Único Nacional)**

O TIP, tendo em conta a sua visão global em relação a estas matérias, estudará a possibilidade de reativar, em 2021, a realização de um piloto envolvendo o SIA no Porto, a Carris em Lisboa (ou mesmo a TML) e os SMTUC em Coimbra.

### **G. MaaS (Mobility as a Service)**

Não prevendo que 2021 seja necessariamente o ano forte do MaaS, o TIP, continuará a avaliar internamente e com potenciais parceiros, a conceção ou suporte a soluções desta natureza, que enriqueçam a atratividade dos transportes público, suportada nos meios tecnológicos de acesso e pagamento que o TIP tem estado (e continuará) a desenvolver.

B

17p  
+  
Votos  
✓

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

17



## Balanço em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 183 689	1 431 325
Ativos intangíveis	6	1 985 850	1 828 672
		<b>3 169 539</b>	<b>3 259 997</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	428 873	484 415
Clientes	8	922 042	897 589
Estado e outros entes públicos	9	103 457	4 883
Outros créditos a receber	10	2 023 332	3 982 917
Diferimentos	11	820	3 816
Caixa e depósitos bancários	4	11 559 077	11 323 905
		15 037 601	16 697 525
<b>Total do ativo</b>		<b>18 207 141</b>	<b>19 957 522</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	3 948 655	1 671 395
Subsídios ao investimento	12	877 734	1 012 410
Resultado líquido do período	12	(193 486)	2 277 260
<b>Total do capital próprio</b>	12	<b>4 662 904</b>	<b>4 991 065</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	13		11 166
			<b>11 166</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	690 260	1 294 193
Fornecedores de investimentos	15	191 823	127 261
Estado e outros entes públicos	9	128 909	7 718
Outras dívidas a pagar	16	12 533 245	13 526 120
		<b>13 544 237</b>	<b>14 955 292</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>13 544 237</b>	<b>14 966 458</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>18 207 141</b>	<b>19 957 522</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



fora Hargreaves

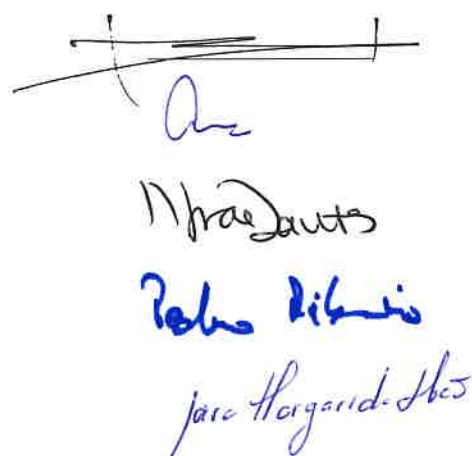
**Demonstração dos resultados por naturezas do período findo  
em 31 de dezembro de 2020**

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
<b>Réditos</b>			
Vendas e serviços prestados	17	4 063 515	7 242 476
<b>Outros rendimentos</b>			
Trabalhos para a própria entidade	25	2 948	14 634
Imparidade de dívidas a receber (reversões)		38	
Outros rendimentos e ganhos	18	340 929	252 002
<b>Gastos e perdas</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(178 053)	(459 941)
Fornecimentos e serviços externos	20	(2 924 934)	(3 395 832)
Gastos com o pessoal	21	(655 431)	(592 230)
Imparidade de dívidas a receber	22		(6 638)
Outros gastos e perdas	23	(118 382)	(44 052)
Provisões líquidas	13	11 166	(11 166)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>541 795</b>	<b>2 999 253</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(715 933)	(712 974)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(174 137)</b>	<b>2 286 279</b>
Juros e gastos similares suportados	24	(15 837)	(8 416)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(189 975)</b>	<b>2 277 865</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(3 511)	(604)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-193 486</b>	<b>2 277 260</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



António  
Miguel  
Ribeiro  
para Margarida Alves

Demonstração das alterações no capital próprio de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020

Unidade: Euros

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2019	1	30 000	1 073 422	55 891	1 615 503	2 774 817
<b>Alterações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				1 615 503	-1 615 503	0
Varição subsídios ao Investimento			-61 013			-61 013
	2	0	-61 013	1 615 503	-1 615 503	-61 013
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3				<b>2 277 260</b>	<b>2 277 260</b>
<b>Resultado Integral</b>	4 = 2 + 3					<b>2 277 260</b>
Capital próprio em 31-12-2019	6 12	30 000	1 012 410	1 671 395	2 277 260	4 991 065
<b>Alterações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				2 277 260	-2 277 260	0
Varição subsídios ao Investimento			-134 675			-134 675
	7	0	-134 675	2 277 260	-2 277 260	-134 675
<b>Resultado Líquido do Período - 2020</b>	8				<b>-193 486</b>	<b>-193 486</b>
<b>Resultado Integral - 2020</b>	9 = 7 + 8					<b>-193 486</b>
Capital próprio em 31-12-2020	10 12	30 000	877 734	3 948 655	-193 486	4 662 904

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



  
 M. pra. Santos  
 Pedro Ribeiro  
 fobas

**Demonstração dos Fluxos de Caixa  
dos períodos de 2020 e 2019**

		Valores em Euros	
RUBRICAS	Notas	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		4 584 395	7 533 872
Pagamentos a fornecedores		(3 526 186)	(3 968 052)
Pagamentos ao pessoal		(640 429)	(608 036)
	Caixa gerada pelas operações	417 780	2 957 785
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(604)	(819)
Outros recebimentos/pagamentos		(182 854)	(77 436)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	<b>234 322</b>	<b>2 879 530</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Ativos fixos tangíveis		(129 347)	(606 039)
Ativos intangíveis		(418 107)	(235 507)
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	<b>(547 454)</b>	<b>(841 546)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios e Doações		0	70 682
Valores a transferir para os operadores		68 013 885	109 922 156
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos efetuados aos operadores		(67 465 548)	(113 540 330)
Juros e gastos similares		(32)	(62)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	<b>548 305</b>	<b>(3 547 554)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>235 173</b>	<b>(1 509 570)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>11 323 905</b>	<b>12 833 475</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>11 559 077</b>	<b>11 323 905</b>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Mp  
+  
Kato  
✓

## **ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

do período findo em 31 de dezembro de 2020

(valores expressos em euros)

### **1. INTRODUÇÃO**

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1862 – 9.º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 22 de junho de 2021. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **2.1. Bases de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2020, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

O princípio subjacente à elaboração das demonstrações financeiras foi o da continuidade das operações, não obstante o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto estabelecer a dissolução do A.C.E..

Em 31 de dezembro de 2020 o fundo de maneiio - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 1.493.364 euros (positivo no montante de 1.742.233 euros em 31 de dezembro de 2019), sendo que o grau de liquidez imediata se situou nos 2,55 (2,59 em 31 de dezembro de 2019), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

3  
dy

17p  
 +  
 11/10  
 ✓

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários	11.559.077	11 323 905
Receita em poder de terceiros	1.198.565	1 872 559
Operadores conta corrente	465.657	1 228 365
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>13.223.299</b>	<b>14 424 829</b>

Fornecedores	690.260	1 294 193
Fornecedores de investimentos	191.823	127 261
Estado e outros entes públicos	128.909	7 718
Cretores diversos	3.923.074	3 709 643
Remunerações	71.763	60 298
Outros	170.013	380 672
<b>(2) Passivo de curto prazo (i)</b>	<b>5.175.842</b>	<b>5 579 785</b>

<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>2,55</b>	<b>2,59</b>
---	-------------	-------------

(ii) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores	296.899	568.523
Créditos diversos	2.724.788	2.994.498
<b>Passivo curto prazo – Agrupadas</b>	<b>3.021.687</b>	<b>3.563.022</b>

Fornecedores	393.360	725.669
Créditos diversos	1.760.794	1.291.094
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.154.155</b>	<b>2.016.763</b>

<b>Total do Passivo curto prazo</b>	<b>5.175.842</b>	<b>5.579.785</b>
-------------------------------------	------------------	------------------

Conforme referido na nota 16 às contas, em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos na rubrica de Receita a repartir 8.368.395 euros relativos à venda de títulos intermodais Andante (9.375.507 em 31 de dezembro de 2019), no entanto, de acordo com o Modelo de Repartição (procedimento que divide a receita intermodal pelos operadores aderentes), estes valores só serão processados em momento posterior ao da utilização

13  
 24

da respetiva viagem. Assim, nos moldes definidos e uma vez que a aquisição de viagem ocorre necessariamente em momento anterior ao da sua utilização, poderá suceder um hiato temporal entre os valores reconhecidos na rubrica de Receita a repartir e a correspondente repartição pelos operadores aderentes. Tipicamente esse hiato temporal pode situar-se entre os 45 dias e os 2 anos, encontrando-se também reconhecido na conta de receita a repartir um montante de 101.411 euros em 31 de dezembro de 2020 relativo a viagens não reclamadas, sem expectativa de repartição por limitação do modelo de repartição em vigor (101.411 euros em 31 de dezembro de 2019).

Não obstante, é expectativa da Administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2020 são credores de um passivo de curto prazo de 3.021.687 euros (3.563.022 euros em 31 de dezembro de 2019).

## **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### **3.1. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que

Mp  
4  
pts  
~

ly  
tz

Mp  
4  
4/5  
/

se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>N.º de anos</u>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### **3.2. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

13  
4



Mp  
+  
1/15  
✓

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desconhecido.

### **3.3. Inventários**

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

### **3.4. Imposto sobre o rendimento**

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do ACE.

h  
7

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2020, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

Ap  
+  
Kotas  
-

### **3.5. Clientes e Outros créditos a receber**

As rubricas de “Clientes e Outros créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### **3.6. Subsídios e apoios do Governo**

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

### **3.7. Locações**

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

B  
M

### **3.8. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

### **3.9. Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

### **3.10. Rédito**

#### **a) Venda de bens**

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

#### **b) Serviços prestados**

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

### **3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar

17/10  
+  
JL/10  
✓

17/10  
✓

um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

AP  
+  
1/5  
✓

## **Estimativas contabilísticas relevantes**

### **3.11.1 Provisões**

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### **3.11.2 Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### **3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

7  
M

Ap  
7  
jul  
u

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

### **3.12. Alterações das políticas contabilísticas**

#### **3.12.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas**

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

## **4. FLUXOS DE CAIXA**

### **Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Depósitos bancários	11.317.325	9.409.303
Caixa	241.753	1.914.602
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>11.559.077</u></b>	<b><u>11.323.905</u></b>

A rubrica "caixa" inclui receita em transito no valor de -13.589 euros (1.621.492 euros em 31 de dezembro de 2019) correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2020.

## **5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

h

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

17p  
I  
H65  
✓

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2020

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de janeiro de 2020</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.513.712	4.000	745.900	1.537	11.272.609
Depreciações acumuladas	-6.781	-9.140.794	-2.667	-690.795	-247	-9.841.284
<b>Valor líquido</b>	<b>679</b>	<b>1.372.918</b>	<b>1.333</b>	<b>55.105</b>	<b>1.290</b>	<b>1.431.325</b>
<b>Varição do período</b>						
Adições	0	154.728	0	49.910	16	204.653
Alienações/abates	0	-4.518	0	0	0	-4.518
Depreciação-exercício	-82	-396.649	-1.000	-51.100	-196	-449.026
Depreciação-alienações	0	1.255	0	0	0	1.255
<b>Valor líquido</b>	<b>-82</b>	<b>-245.184</b>	<b>-1.000</b>	<b>-1.190</b>	<b>-179</b>	<b>-247.635</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.663.921	4.000	795.810	1.553	11.472.744
Depreciações acumuladas	-6.862	-9.536.188	-3.667	-741.895	-443	-10.289.054
<b>Valor líquido</b>	<b>598</b>	<b>1.127.733</b>	<b>333</b>	<b>53.915</b>	<b>1.110</b>	<b>1.183.689</b>

### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2019

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.031.197	4.000	725.670	1.537	10.769.863
Depreciações acumuladas	-6.699	-8.737.096	-1.667	-632.471	-55	-9.377.988
<b>Valor líquido</b>	<b>761</b>	<b>1.294.102</b>	<b>2.333</b>	<b>93.199</b>	<b>1.481</b>	<b>1.391.876</b>
<b>Varição do período</b>						
Adições	0	489.528	0	24.108	0	513.636
Alienações/abates	0	-7.013	0	-3.878	0	-10.891
Depreciação-exercício	-82	-404.952	-1.000	-58.949	-192	-465.175
Depreciação-alienações	0	1.253		625		1.878
<b>Valor líquido</b>	<b>-82</b>	<b>78.816</b>	<b>-1.000</b>	<b>-38.094</b>	<b>-192</b>	<b>39.449</b>
<b>31 de dezembro 2019</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.513.712	4.000	745.900	1.537	11.272.609
Depreciações acumuladas	-6.781	-9.140.794	-2.667	-690.795	-247	-9.841.284
<b>Valor líquido</b>	<b>679</b>	<b>1.372.918</b>	<b>1.333</b>	<b>55.105</b>	<b>1.290</b>	<b>1.431.325</b>

17p  
I  
H65  
✓

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

17/6  
+  
1/6/3  
✓

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos intangíveis – 2020

	Projetos em desenvolvimento	Programas diversos	Aplicação ANDA	Aplicação Beyond ANDA	Total
<b>1 de janeiro de 2020</b>					
Custo de Aquisição	116.034	93.156	1.938.791	95.373	2.243.354
Amortizações acumuladas	0	-61.599	-344.141	-8.941	-414.682
<b>Valor líquido</b>	<b>116.034</b>	<b>31.557</b>	<b>1.594.650</b>	<b>86.432</b>	<b>1.828.672</b>
<b>Varição do período</b>					
Adições	409.481	14.604	0	0	424.085
Transferências e abates	0	0	0	0	0
Amortizações-exercício	0	-12.637	-242.349	-11.922	-266.907
Depreciação-abates	0	0	0	0	0
<b>Valor líquido</b>	<b>409.481</b>	<b>1.968</b>	<b>-242.349</b>	<b>-11.922</b>	<b>157.178</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>					
Custo de Aquisição	525.515	107.760	1.938.791	95.373	2.667.439
Amortizações acumuladas	0	-74.236	-586.490	-20.863	-681.589
<b>Valor líquido</b>	<b>525.515</b>	<b>33.524</b>	<b>1.352.301</b>	<b>74.510</b>	<b>1.985.850</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

17/6

## Movimentos nos ativos intangíveis – 2019

	Projetos em desenvolvimento	Programas diversos	Aplicação ANDA	Aplicação Beyond ANDA	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>					
Custo de Aquisição	144.173	74.606	1.774.728	0	1.993.508
Amortizações acumuladas	0	-61.084	-106.124	0	-167.208
<b>Valor líquido</b>	<b>144.173</b>	<b>13.522</b>	<b>1.668.604</b>	<b>0</b>	<b>1.826.299</b>
<b>Varição do período</b>					
Adições	67.234	18.550	171.356		257.141
Transferências e abates	-95.373		-7.294	95.373	-7.294
Amortizações-exercício	0	-515	-238.312	-8.941	-247.768
Depreciação-abates			295	0	295
<b>Valor líquido</b>	<b>-28.139</b>	<b>18.035</b>	<b>-73.955</b>	<b>86.432</b>	<b>2.373</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
Custo de Aquisição	116.034	93.156	1.938.791	95.373	2.243.354
Amortizações acumuladas	0	-61.599	-344.141	-8.941	-414.682
<b>Valor líquido</b>	<b>116.034</b>	<b>31.557</b>	<b>1.594.650</b>	<b>86.432</b>	<b>1.828.672</b>

## 7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 428.873 euros e encontram-se em poder do TIP (484.415 euros em 31 de dezembro de 2019).

## 8. CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Clientes – Entidades públicas	739 708	399.628
Clientes – Entidades não públicas	182 334	497.961
Clientes em mora à mais de 24 meses	20 708	20.746
Clientes - Perdas por imparidade	-20 708	-20.746
<b>Total Clientes</b>	<b>922 042</b>	<b>897.589</b>



Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	31.12.2020	31.12.2019
Município do Porto	406.043	20.164
Município de Vila Nova de Gaia	237.616	0
Metro do Porto, S.A.	99.069	408.417
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	44.357	34.863
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	43.424	26.357
Direcção Geral da Adm.da Justiça	22.349	57.560
Viaporto - Op.Manut.Transportes	20.818	-440
Águas de Gaia, EM, SA	9.516	9.367
Polícia Judiciária	8.353	12.226
Outras dívidas de clientes	30.498	329.074
<b>Total Clientes</b>	<b>922.042</b>	<b>897.589</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

	Saldo 1 Janeiro	Dotação do exercício	Reversões	Utilizações	Saldo 31 Dezembro
<b>Clientes com créditos em mora à mais de 24 meses:</b>					
Setor empresarial e particulares	7 292	0	0	-38	7 254
Setor público	13 455	0	0	0	13 455
<b>Total de imparidades de clientes</b>	<b>20 746</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-38</b>	<b>20 708</b>

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos da rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentavam-se como segue:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA- A recuperar	98.573		0	
IVA- A pagar		118.719		3.971
IRS - Retenções na fonte (a terceiros)		5.194		3.142
IRC - Retenções na fonte a receber	4.883		4.883	
IRC - Retenções na fonte (por terceiros)				
IRC - Tributações autónomas		3.511		604
Contribuições para a Segurança Social		1.485		0
	<b>103.457</b>	<b>128.909</b>	<b>4.883</b>	<b>7.718</b>

Ap  
+

## 10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos mais significativos da rubrica “Outros créditos a receber” apresentavam-se como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Receita em poder de terceiros	1.198.565	1.872.559
Receita intermodal a transferir	465.657	1.228.365
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	231.252	403.135
Acrésc. rendimento-Comissões Monomodais	2.595	89.789
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Outros acrésc. rendimentos	63.762	327.568
<b>Total de Outros créditos a receber</b>	<b>2.023.332</b>	<b>3.982.917</b>

A rubrica “Receita em poder de terceiros” no valor de 1.198.565 euros corresponde aos valores de receita intermodal em transito à data de 31 de dezembro de 2020 (1.872.559 euros à data de 31 de dezembro de 2019) e que ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP.

A rubrica “Receita intermodal a transferir” no valor de 465.657 euros corresponde a receita de títulos vendidos nos postos de venda CP e que, à data de 31 de dezembro de 2020, ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP (1.228.365 euros à data de 31 de dezembro de 2019).

## 11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos (Ativo)» em 31 de dezembro de 2020 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 820 euros (3.816 euros em 31 de dezembro de 2019).

## 12. CAPITAL

### Capital subscrito

3

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

17p  
Kb-5  
✓

### **Resultados Transitados**

A rubrica "Resultados Transitados" contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de dezembro de 2020, de 3.948.655 euros (1.671.395 euros em 31 de dezembro de 2019).

### **Subsídios ao investimento**

#### **Projeto "anda"**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, na sequência da candidatura do projeto "anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 982.028 euros.

#### **Projeto "(beyond) anda"**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, na sequência da candidatura do projeto "(beyond) anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 150.000 euros. Já no período findo em 31 de dezembro de 2019, o investimento elegível para a candidatura do projeto "(beyond) anda" fixou-se em 144.173 euros tendo o TIP, nessa sequência, devolvido à entidade gestora o montante de 5.827 euros de subsídios recebidos.

No que respeita ao do projeto "(beyond) anda", este divide-se em dois tópicos:

- "Validação-Slave": Análise e avaliação de arquiteturas alternativas de validação, baseadas em interfaces abertas não proprietárias, que diminuam os custos, a complexidade e a logística de instalação e manutenção, importantes na equação de modernização dos sistemas de bilhética. Total do investimento participado 95.373 euros, com início de utilização em abril de 2019;
- "Interoperabilidade HCE": Desenvolvimento dos mecanismos necessários à generalização do anda a outras geografias, em todos os seus aspetos, nomeadamente no que enfrenta maior desafio que é a validação baseada em

tz

ATP  
+  
Habit  
✓

HCE, garantindo o tratamento transparente e ubíquo dos diferentes modelos de dados e tarifários. Total do investimento participado 48.800 euros.

A componente "Interoperabilidade HCE" do projeto "(beyond) anda" ainda se encontra em fase de construção ou de instalação e, por isso, não está em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2020 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados do subsídio recebido, que teria por base a amortização praticada.

### Projeto "Sama 2020"

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, na sequencia da candidatura do projeto "Sama 2020": Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração publica, o TIP recebeu do Fundo Social Europeu o montante total de 76.509 euros.

Em virtude dos ativos subjacentes ainda se encontrarem em fase de construção ou de instalação e, por isso, ainda não estarem em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2020 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados dos subsídios recebidos, que teria por base as amortizações praticadas.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram os seguintes:

	Notas	Fundo Ambiental	Fundo Social Europeu	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>		<b>1 073 422</b>	<b>0</b>	<b>1 073 422</b>
Adições		0	76 509	76 509
Devoluções	18	-5 827		-5 827
Regularizações por resultados		-131 695	0	-131 695
<b>31 de dezembro de 2019</b>		<b>935 900</b>	<b>76 509</b>	<b>1 012 410</b>
Adições		0	0	0
Regularizações por resultados	18	-134 675	0	-134 675
<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>801 225</b>	<b>76 509</b>	<b>877 734</b>

### Resultado Líquido do Período

3  
4

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 na rubrica "Resultado líquido do período" foram os seguintes:

	<u>Montante</u>
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>1.615.503</b>
Aplicação dos resultados	-1.615.503
Resultado do período	2.277.260
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.277.260</b>
Aplicação dos resultados	-2.277.260
Resultado do período	-193.486
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>-193.486</b>

### 13. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2020 o valor da rubrica "Provisões" refere-se na sua totalidade a processos em contencioso envolvendo o ACE e são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo ACE, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição e reforço</u>	<u>Redução e reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>Saldo final</u>
Processos judiciais em curso	11 166	0	-11 166	0	0
	<b>11 166</b>	<b>0</b>	<b>-11 166</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Metro do Porto, S.A.	190 851	449.492
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	171 737	259.246
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	91 984	146.908
Grupo 8-Vigilância e Prevenção	66 959	83.069
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	60 196	79.377
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	45 853	69.098
PAYSHOP, SA	14 232	49.934
Outras dívidas a fornecedores	48 448	157.070
	<b>690 260</b>	<b>1.294.193</b>

## 15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Ubiquity Technology, Lda.	104 305	0
Ideal, Lda.	42 859	21 033
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	41 697	35 855
Outros	2 962	70 374
<b>Total de fornecedores de investimentos</b>	<b><u>191 823</u></b>	<b><u>127 261</u></b>

## 16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receita a repartir pelos operadores	8.368.395	9.375.507
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	1.189.126	977.654
Metro do Porto, S.A.	1.125.034	1.490.083
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	410.628	526.761
Empresa de Transp. Gondomarense	138.859	87.147
Valpi-Alberto Pinto & Filhos,	79.287	49.232
MGC-Moreira Gomes & Costas,Lda	76.835	117.756
J.Espirito Santo & Irmãos, Lda	46.109	11.437
Outras contas a pagar	1.098.973	890.543
<b>Total de outras contas a pagar (saldo corrente)</b>	<b><u>12.533.245</u></b>	<b><u>13.526.120</u></b>

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<b>Outros credores</b>		
Credores diversos i)	3.923.074	3.709.643
Receita a repartir ii)	8.368.395	9.375.507
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações	71.763	60.298
Outros	170.013	380.672
	<b><u>12.533.245</u></b>	<b><u>13.526.120</u></b>

i) A rubrica "Credores diversos" refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

- 72
- ii) ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA - Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.
- MP  
+  
Kk  
✓

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 8.368.395 euros (9.375.507 euros em 31 de dezembro de 2019).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 117.767 euros em 31 de dezembro de 2020 (89.704 euros em 31 de dezembro de 2019): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a não repartir no montante de 515.519 euros em 31 de dezembro de 2020 (valor nulo em euros em 31 de dezembro de 2019): diz respeito ao valor das assinaturas anuais carregadas ao abrigo do "Protocolo Andante Porto", não utilizadas e que, em consequência, não foram objeto de repartição pelos operadores de transporte. Montante que será devolvido ao contraente.
- Receita a desconhecer, 31 de dezembro de 2020, no montante de 83.372 euros (111.837 euros em 31 de dezembro de 2019): diz respeito ao desconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos).

Assim a rubrica "Receita a repartir" corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em

vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

17p  
4  
Hab  
✓

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Títulos Ocasionais não validados	6.514.453	6.086.979
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	1.627.644	3.006.894
Talões "Vale Numerário" não reclamados	74.567	131.465
Viagens não reclamadas	101.411	101.411
Validações repartidas no ano seguinte	50.320	48.758
<b>Receita Intermodal</b>	<b><u>8.368.395</u></b>	<b><u>9.375.507</u></b>

A rubrica "Viagens não reclamadas" resulta da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2020, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2020 de 8.368.395 euros (9.375.507 euros em 31 de dezembro de 2019) e as correspondentes responsabilidades de 8.266.984 euros (9.274.095 euros em 31 de dezembro de 2019). O valor desta rubrica ascende a 101.411 em 31 de dezembro de 2020 (101.411 euros em 31 de dezembro de 2019).

## 17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Prestação de serviços – Ambito intermodal	2.921.270	4.692.264
Vendas mercadorias – Títulos	1.119.494	2.389.828
Prestação de serviços – Ambito monomodal	22.751	160.384
<b>Total de vendas e serviços prestados</b>	<b><u>4.063.515</u></b>	<b><u>7.242.476</u></b>

## 18. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" apresenta o seguinte detalhe:

<u>Notas</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
--------------	-------------------	-------------------

7  
4



Imputação de subsídios ao investimento	12	134.675	131.695
Desreconhecimento Vales/Numerário		83.372	111.837
Alienações Inv Não Financeiros		1.255	491
Outros		121.626	7.978
<b>Total de outros rendimentos e ganhos</b>		<b>340.929</b>	<b>252.002</b>

A rubrica "Alienação de investimentos não financeiros" representa, essencialmente, ganhos apurados na alienação de equipamentos de bilhética.

A rubrica "Desreconhecimento Vales/Numerário" corresponde aos talões "Vale Numerário" expirados (data de emissão anterior à data do balanço - 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 83.372 euros em 31 de dezembro de 2020 (111.837 euros em 31 de dezembro de 2019).

## 19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Existências iniciais		484.415	458.590
Compras		146.283	512.966
Regularizações	7	-23.772	-27.200
Existências finais	7	-428.873	-484.415
<b>Gasto do período</b>		<b>178.053</b>	<b>459.941</b>

## 20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Subcontratos	1 899 106	2 462 489
Serviços especializados	774 581	739 724
Serviços diversos	210 618	137 023
Materiais	32 157	39 174
Outros	8 472	17 423
<b>Total de fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2 924 934</b>	<b>3 395 832</b>

176  
+  
Johas  
✓

A rubrica "Subcontratos" refere-se essencialmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente recursos humanos (795.200 euros em 31 de dezembro de 2020 e 783.516 euros em 31 de dezembro de 2019), comissões a revendedores (634.218 euros em 31 de dezembro de 2020 e 1.116.341 euros em 31 de dezembro de 2019), comissões de processamento de pagamentos (323.162 euros em 31 de dezembro de 2020 e 452.331 euros em 31 de dezembro de 2019), transporte e tratamento de valores (62.308 euros em 31 de dezembro de 2020 e 30.445 euros em 31 de dezembro de 2019) e comissões pagamentos automáticos (84.217 euros em 31 de dezembro de 2020 e 79.856 euros em 31 de dezembro de 2019).

A evolução desta rubrica foi naturalmente condicionada pela redução da procura verificada em 2020, consequência das limitações e ajustamentos significativos à operação do transporte público de passageiros, medidas decorrentes da pandemia COVID-19, nomeadamente das orientações da Direção-Geral da Saúde e da imposição do Estado de Emergência.

Nas demonstrações financeiras de 2019 estão registadas regularizações de anos anteriores relativas à recolha e tratamento de valores das MVA da rede de metro, o que justifica o aumento desta rubrica em 2020.

O período de inatividade de 5 meses, ocorrido em 2019, do serviço de carregamento de títulos em ATM disponibilizado pela SIBS, justifica o aumento da rubrica comissões de pagamentos automáticos.

A rubrica "Serviços especializados" corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética (312.470 euros em 31 de dezembro de 2020 e 303.514 euros em 31 de dezembro de 2019) e trabalhos especializados (461.517 euros em 31 de dezembro de 2020 e 384.388 euros em 31 de dezembro de 2019).

## 21. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	67 878	30.411

W  
W

Pessoal	450 103	435.731
	<b>517 980</b>	<b>466.142</b>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	119 545	107.287
Custos de ação social	3 760	4.137
Outros	14 145	14.664
	<b>137 451</b>	<b>126.088</b>
<b>Total de gastos com o pessoal</b>	<b>655 431</b>	<b>592.230</b>

17p  
+  
febs  
✓

O número médio de colaboradores do ACE em 2020 foi de 13 (13 em 2019), conforme se segue:

- **Membro de órgão estatutário designado para a função de administração . . . . 1 colaborador**
- **Quadros da Metro do Porto cedidos ao TIP ..... 8 colaboradores**
- **Quadros da STCP cedidos ao TIP. .... 4 colaboradores**

## 22. IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER

No período findo em 31 de dezembro de 2020 não foi reconhecido qualquer montante na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” por não existir a expectativa de incobrabilidade das dívidas de clientes registadas na contabilidade. Em 31 de dezembro de 2019 foi registado nesta rubrica o montante de 6.638 euros.

	31.12.2020		31.12.2019	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Dividas a receber de clientes	0	0	0	6.638
<b>Total de perdas por imparidade de dívidas de clientes</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.638</b>

## 23. OUTROS GASTOS E PERDAS

✓

17p  
7  
KLS  
N

O detalhe dos "Outros gastos e perdas" dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	94 230	6 101
Quebras em inventários	23 772	27 200
Multas e penalidades	252	826
Impostos e taxas	99	308
Outros	29	9 617
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b><u>118 382</u></b>	<b><u>44 052</u></b>

#### **24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**

O detalhe dos "Juros e gastos similares suportados" dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Gastos com serviços bancários	15 693	8.385
Outros	144	31
<b>Total de juros e gastos similares suportados</b>	<b><u>15 837</u></b>	<b><u>8.416</u></b>

Em 2019 estão contabilizadas correções relativas ao ano anterior que resultam na transferência de encargos com comissões bancárias, anteriormente suportados pelo TIP, para a Metro do Porto, na sequência da alienação das máquinas de venda automática, facto que justifica o aumento registado em 2020 comparativamente com 2019.

#### **25. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE**

A quantia reconhecida na rubrica "Trabalhos para a própria entidade" refere-se exclusivamente a alocação de recursos (humanos) internos ao projeto "anda", projeto já em funcionamento caracterizado pela disponibilização ao cliente de um sistema de pagamento da utilização de transporte público com recurso à tecnologia dos smartphones, e apresenta a 31 de dezembro de 2020 o montante rendimento de 2.948 euros (14.634 euros em 31 de dezembro de 2019).

13  
M

17p  
7  
465  
✓

## 26. PARTES RELACIONADAS

### Transações entre partes relacionadas

#### Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

### Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<b>Prestação de Serviços</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	357 636	391.227
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1 548 209	1.787.793
Metro do Porto, S. A.	2 382 108	3.079.952
	<u>4 287 952</u>	<u>5.258.971</u>
<b>Aquisição de Serviços (incl receita)</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	8 665 809	7.588.758
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	22 101 989	32.138.443
Metro do Porto, S.A.	29 236 552	50.132.027
	<u>60 004 350</u>	<u>89.859.228</u>

Os saldos finais a 31 de dezembro de 2020 e os respetivos valores comparativos de 31 de dezembro de 2019 das rubricas "Prestação de Serviços - CP" e "Prestação de Serviços - STCP" refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

7

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<b>Saldos devedores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	44 357	34.863
Metro do Porto, S.A.	99 069	408.417
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	43 424	26.357
	<u><b>186 851</b></u>	<u><b>469.637</b></u>
<b>Saldos credores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	470 824	595.859
Metro do Porto, S.A.	1 333 060	1.939.575
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1 240 660	1.027.588
	<u><b>3 044 543</b></u>	<u><b>3.563.022</b></u>

17p

## **27. OUTRAS INFORMAÇÕES**

### **Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social**

Não existem.

### **Remuneração do Fiscal Único**

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, de 5.000 euros (5.000 euros em 31 de dezembro de 2019).

## **28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Nada a referir.

## **29. Informação adicional COVID-19**

A pandemia provocada pelo COVID-19 continua a afetar significativamente a atividade da Empresa no início do ano de 2021. Espera-se, contudo, que os efeitos nefastos da contenção provocados por esta pandemia possam ser esbatidos à medida que o plano de

desconfinamento, atualmente em vigor, seja totalmente concretizado e o número de pessoas vacinadas cresça até se atingir a imunidade de Grupo em Portugal.

Apesar da evolução e respetivos impactos do COVID-19 não serem quantificáveis (dada a elevada incerteza associadas à evolução da mesma), é expectável que os resultados de 2021 estejam em linha com os atingidos em 2020.

Não obstante, a continuidade da atividade do Agrupamento, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros, não se perspectivam comprometidos por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme previsto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73.

np  
+  
2025  
/

B  
M

Ap  
+  
Hls  
✓

## ANEXOS



### INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA RELEVANTE

B  
M



17p

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2018	2019	2020	Δ 19/20
Andante PVC TIP	90 005	121 020	58 372	-51,77%
Andante PVC 4_18	8 113	28 104	11 385	-59,49%
Andante PVC Sub23	11 783	27 127	15 344	-43,44%
Person. Func./Familiar STCP	1 665	796	480	-39,70%
Personalização STCP	0	0	0	
<b>Total PVC</b>	<b>111 566</b>	<b>177 047</b>	<b>85 581</b>	<b>-51,66%</b>
Cartão Andante CTS TIP	3 197 508	3 229 063	1 246 930	-61,38%
<b>TOTAL</b>	<b>3 309 074</b>	<b>3 406 110</b>	<b>1 332 511</b>	<b>-60,88%</b>

NOTA: A quantidade de cartões constante do ano de 2017 inclui a troca gratuita no âmbito da campanha de troca para os novos cartões com prazo de validade.

#### Carregamentos por tipo de título \*

Título de Transporte	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos de Viagem	29 464 340	26 900 274	13 858 736	-48,48%
Andante 24	216 030	233 089	59 726	-74,38%
Andante Tour 1	48 592	72 188	11 415	-84,19%
Andante Tour 3	64 485	89 975	16 882	-81,24%
<b>Total Títulos Ocasioneis</b>	<b>29 793 447</b>	<b>27 295 526</b>	<b>13 946 759</b>	<b>-48,90%</b>
Assinatura Normal	754 878	1 070 582	782 932	-26,87%
Assinatura 4_18	10 420	105 841	119 569	12,97%
Assinatura 4_18 (A)	71 718	71 854	37 393	-47,96%
Assinatura 4_18 (B)	17 373			
Assinatura 4_18 (F)	22			
Assinatura Criança	10 772	7 073		
Assinatura Estudante	284 231	184 980		
Assinatura 3ª Idade	271 745	397 376	271 497	-31,68%
Assinatura Ref. / Pens.	70	466		
Assinatura Sub23	23 458	85 361	85 881	0,61%
Assinatura Sub23 (A)	115 102	134 928	89 292	-33,82%
Assinatura Sub23 (F)				
Social +	224 781	232 313	155 644	-33,00%
Social + (A)	55 645	66 198	46 437	-29,85%
Social + (D)	4 050	5 623	3 079	-45,24%
Social + (R)	99	41	12	-70,73%
Família			10 666	
Sub 13		17 163	15 878	-7,49%
Assinatura P&R	1 413	2 048	920	-55,08%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>1 845 777</b>	<b>2 381 847</b>	<b>1 619 200</b>	<b>-32,02%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31 639 224</b>	<b>29 677 373</b>	<b>15 565 959</b>	<b>-47,55%</b>

\* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

17p  
+  
M/2020  
✓

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)	2018	2019	2020	Δ 19/20
Andante PVC TIP	435 101,00 €	672 232,00 €	333 757,00 €	-50,35%
Andante PVC 4_18	21 011,00 €	57 762,00 €	30 088,00 €	-47,91%
Andante PVC Sub23	28 966,00 €	50 372,00 €	40 490,00 €	-19,62%
Personalização STCP				
<b>Total PVC</b>	<b>485 078,00 €</b>	<b>780 366,00 €</b>	<b>404 335,00 €</b>	<b>-48,19%</b>
Cartão Andante CTS TIP	1 913 432,30 €	1 934 854,70 €	747 314,00 €	-61,38%
<b>TOTAL</b>	<b>2 398 510,30 €</b>	<b>2 715 220,70 €</b>	<b>1 151 649,00 €</b>	<b>-57,59%</b>

Receita de carregamentos por tipo de título *				
Título de Transporte	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos de Viagem	40 221 346,55 €	36 766 578,40 €	18 660 435,45 €	-49,25%
Andante 24	1 095 665,15 €	1 178 776,05 €	303 986,60 €	-74,21%
Andante Tour 1	339 223,30 €	503 453,10 €	79 691,00 €	-84,17%
Andante Tour 3	965 983,60 €	1 348 307,40 €	253 035,00 €	-81,23%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>42 622 218,60 €</b>	<b>39 797 114,95 €</b>	<b>19 297 148,05 €</b>	<b>-51,51%</b>
Assinatura Normal	28 078 740,25 €	37 431 174,65 €	27 416 727,50 €	-26,75%
Assinatura 4_18	344 219,00 €	2 759 816,15 €	3 143 988,50 €	13,92%
Assinatura 4_18 (A)	1 024 698,40 €	998 780,60 €	538 582,00 €	-46,08%
Assinatura 4_18 (B)	388 561,90 €			
Assinatura 4_18 (F)	501,80 €			
Assinatura Criança	267 477,90 €	171 381,30 €	- €	
Assinatura Estudante	8 192 531,90 €	4 967 509,80 €	- €	
Assinatura 3ª Idade	7 494 506,60 €	10 842 994,60 €	7 438 890,00 €	-31,39%
Assinatura Ref. / Pens.	2 017,90 €	13 760,30 €	- €	
Assinatura Sub23	716 364,00 €	2 342 257,40 €	2 391 921,50 €	2,12%
Assinatura Sub23 (A)	2 024 227,00 €	2 104 728,60 €	1 399 202,00 €	-33,52%
Assinatura Sub23 (F)				
Social +	6 558 063,35 €	6 303 361,00 €	4 222 677,50 €	-33,01%
Social + (A)	1 086 808,85 €	1 213 028,75 €	859 580,00 €	-29,14%
Social + (D)	114 140,40 €	152 228,40 €	84 210,00 €	-44,68%
Social + (R)	2 663,70 €	1 080,70 €	292,50 €	-72,93%
Família			238 040,00 €	
Assinatura P&R	23 732,00 €	34 561,00 €	15 504,00 €	-55,14%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>56 319 254,95 €</b>	<b>69 336 663,25 €</b>	<b>47 749 615,50 €</b>	<b>-31,13%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>98 941 473,55 €</b>	<b>109 133 778,20 €</b>	<b>67 046 763,55 €</b>	<b>-38,56%</b>

\* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

MP  


**Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal**

	2018	2019	2020	Δ 19/20
MVAs rede MP	43 585 175,90 €	47 583 279,95 €	25 326 847,50 €	-46,77%
PayShop	472 561,95 €	31 444 038,15 €	24 467 459,05 €	-22,19%
Pagaqui	31 086 483,70 €	2 084 382,20 €		
Lojas Andante	12 262 249,30 €	15 066 969,05 €	7 390 520,15 €	-50,95%
CP Porto	3 875 830,80 €	5 934 401,55 €	3 802 806,30 €	-35,92%
MVAs rede CP	3 699 267,20 €	4 473 619,35 €	2 998 708,70 €	-32,97%
STCP	54 995,90 €	65 734,10 €	10 192,15 €	-84,49%
SIBS	4 998 146,25 €	3 255 753,85 €	3 162 740,50 €	-2,86%
Privados	458 379,55 €	636 982,15 €	361 202,60 €	-43,29%
Revendedores	655 807,95 €	804 324,45 €	336 422,05 €	-58,17%
Anda	191 085,35 €	499 514,10 €	341 513,55 €	-31,63%
<b>TOTAL</b>	<b>101 339 983,85 €</b>	<b>111 848 998,90 €</b>	<b>68 198 412,55 €</b>	<b>-39,03%</b>

**Validações por tipo de título**

Título de Transporte	2018	2019	2020	Δ 19/20
Títulos de Viagem	37 552 849	33 865 931	17 967 605	-46,94%
Andante 24	700 307	730 255	192 828	-73,59%
Andante Tour 1	229 217	281 331	66 231	-76,46%
Andante Tour 3	687 232	837 520	167 508	-80,00%
<b>Total Títulos Ocasioneis</b>	<b>39 169 605</b>	<b>35 715 037</b>	<b>18 394 172</b>	<b>-48,50%</b>
Assinatura Normal	45 233 333	62 920 544	43 469 694	-30,91%
Assinatura 4_18	488 054	4 669 322	4 821 443	3,26%
Assinatura 4_18 (A)	3 574 226	3 662 934	1 707 377	-53,30%
Assinatura 4_18 (B)	855 876			
Assinatura 4_18 (F)	1 861			
Assinatura Criança	385 938	263 829		
Assinatura Estudante	13 535 708	9 156 089	125	-100,00%
Assinatura 3ª Idade	16 829 164	24 446 360	15 046 623	-38,45%
Assinatura Ref. / Pens.	8 640	44 946	9	-99,98%
Assinatura Sub23	1 073 790	4 043 207	3 038 195	-24,86%
Assinatura Sub23 (A)	5 307 653	6 398 234	3 016 386	-52,86%
Assinatura Sub23 (F)				
Social +	17 143 268	17 845 657	10 769 611	-39,65%
Social + (A)	4 493 492	5 269 361	3 258 951	-38,15%
Social + (D)	289 563	393 148	198 645	-49,47%
Social + (R)	12 032	5 529	220	-96,02%
Familia			515 373	
Sub 13		665 612	1 952 833	
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>109 232 598</b>	<b>139 784 772</b>	<b>87 795 485</b>	<b>-37,19%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>148 402 203</b>	<b>175 499 809</b>	<b>106 189 657</b>	<b>-39,49%</b>

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título**

Título de Transporte	2018	2019	2020
Total Títulos Ocasioneis	1,14 €	1,17 €	1,09 €
Total Títulos Assinatura	0,52 €	0,50 €	0,55 €

7

17p  
T  
H  
/

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título**

<b>Título de Transporte</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Títulos de Viagem	1,07 €	1,09 €	1,04 €
Andante 24	1,56 €	1,61 €	1,58 €
Andante Tour 1	1,48 €	1,79 €	1,20 €
Andante Tour 3	1,41 €	1,61 €	1,51 €
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,09 €</b>	<b>1,11 €</b>	<b>1,05 €</b>
Assinatura Normal	0,62 €	0,60 €	0,63 €
Assinatura 4_18	0,71 €	0,59 €	0,65 €
Assinatura 4_18 (A)	0,29 €	0,27 €	0,32 €
Assinatura 4_18 (B)	0,45 €		
Assinatura 4_18 (F)	0,27 €		
Assinatura Criança	0,69 €	0,65 €	
Assinatura Estudante	0,61 €	0,54 €	
Assinatura 3ª Idade	0,45 €	0,44 €	0,49 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,23 €	0,31 €	
Assinatura Sub23	0,67 €	0,58 €	0,79 €
Assinatura Sub23 (A)	0,38 €	0,33 €	0,46 €
Assinatura Sub23 (F)			
Social +	0,38 €	0,35 €	0,39 €
Social + (A)	0,24 €	0,23 €	0,26 €
Social + (D)	0,39 €	0,39 €	0,42 €
Social + (R)	0,22 €	0,20 €	1,33 €
Família			0,46 €
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>0,52 €</b>	<b>0,50 €</b>	<b>0,54 €</b>

17

**Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)**

<b>Título de Transporte</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Titulos de Viagem	1,27	1,26	1,30
Andante 24	3,24	3,13	3,23
Andante Tour 1	4,72	3,90	5,80
Andante Tour 3	10,66	9,31	9,92
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,31</b>	<b>1,31</b>	<b>1,32</b>
Assinatura Normal	59,81	58,66	55,46
Assinatura 4_18	46,84	44,12	40,32
Assinatura 4_18 (A)	49,84	50,98	45,66
Assinatura 4_18 (B)	49,26		
Assinatura 4_18 (F)	84,59		
Assinatura Criança	35,83	37,30	
Assinatura Estudante	47,62	49,50	
Assinatura 3ª Idade	61,93	61,52	55,42
Assinatura Ref. / Pens.	123,43	96,45	
Assinatura Sub23	45,78	47,37	35,38
Assinatura Sub23 (A)	46,11	47,42	33,78
Assinatura Sub23 (F)			
Social +	76,27	76,82	69,19
Social + (A)	80,75	79,60	70,18
Social + (D)	71,50	69,92	64,52
Social + (R)	121,54	134,85	18,33
Familia			48,32
Sub 13		38,78	122,99
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>59,18</b>	<b>58,69</b>	<b>54,22</b>

HP  
+  
L65  
✓

7

## ***Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração***

Tp  
+  
fals  
✓

### **Presidente Eng. Tiago Filipe da Costa Braga**

#### **Habilitações Académicas:**

**2011:** Pós-Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro

**1998:** Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

#### **Atividade Profissional:**

**Desde 2019:** Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**Desde 2016:** Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.

**2018-2019:** Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Águas do Centro Litoral, S.A.

**2016-2019:** Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**2016-2018:** Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.

**2013-2016:** Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.

**2013:** Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia

**2005-2013:** Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador da LUSAENOR - Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação

**2002-2005:** Gestor Desenvolvimento e Produto APCER - Associação Portuguesa de Certificação

**2000-2002:** Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Indústria

7

17p  
+  
JLS  
~

**Vogal Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos**

**Habilitações Académicas:**

- 2019** Curso de Excel pelo CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas
- 2017** Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação
- 2010** II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
  
Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto
- 2008** Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP
- 2004** Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa
- 2000** Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 1996** Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto

**Atividade Profissional:**

- Desde 2016** Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pela Delegação Norte.  
  
Administradora do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2013-2016:** Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2012-2016:** Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- 2011-2013:** Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2011-2012:** Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações
- 2005-2013:** Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto
- 2005:** Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

7

**2004–2005:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional

**2002–2004:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional

**2000–2002:** Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

**1999–2002:** Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

**1996–1998:** Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

### **Vogal Eng. Ângelo Augusto Santos Oliveira**

#### Habilitações Académicas:

**2020:** Especialização em Gestão Industrial (I. P. Coimbra)

**2015:** Mestre em Direito e Segurança, pela Universidade Nova de Lisboa

**2003:** Pós-graduação (conducente a Mestrado) em Gestão Logística pela Universidade do Porto (EGP)

**1997:** Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Mais de 30 cursos e pós-graduações, sem conferência de grau académico, em diversas áreas (finanças, defesa, gestão humana, estratégia, administração pública, segurança, cibersegurança, línguas), ministrados pelas Instituições: MIT, Vanderbilt University, Crestcom, PMG, Efacec SI, Unitar, IRSN / Pfp, IADC, IDN, Cenatex, Institute for Executives, UNDP, Rede, IPAMB.

#### Atividade Profissional:

**Desde 2018:** Administrador Executivo da STCP, tutelado pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática.



**2015 – 2016:** Diretor-adjunto do Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

**Desde 1997:** Funções ao nível de direção de compras, direção de operações, controlo de gestão, direção geral e administração em quatro grupos privados económicos, tendo gerido a implementação de projetos e operações em diversos países.

Exerceu as atividades de formador em diversas instituições, orador em eventos e autor de documentos na área da gestão, *corporate governance* e indústria.

### **Vogal Dr Fernando Manuel Moreira**

#### Habilitações Académicas:

**2009:** Programa de Direção de Empresas pela AESE (Escola de Direção e Negócios)

**2004:** Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Católica / AEP

**1995:** Licenciatura em Direita pela Universidade Lusíada do Porto, vertente Jurídico-Empresariais

#### Atividade Profissional:

**Desde março 2020:** Diretor de Produção – Região Norte da CP – Comboios de Portugal, EPE

**Desde 2019:** Administrador Não Executivo do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

**2006 – 2007:** Administrador Não Executivo do Conselho de Administração do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA

**2005 – 2010:** Diretor Executivo da CP – Comboios de Portugal, EPE

**1998 – 2005:** Responsável de Pessoal e Assuntos Sociais da CP Porto – Comboios de Portugal, EPE

17p  
+  
ab  
✓

## **Vogal Eng. Pedro Manuel Franco Ribeiro**

### Habilitações Académicas:

**XXXX:** Pós-Graduação em Engenharia da Soldadura pelo Instituto de Soldadura e Qualidade

**XXXX:** Programa de Direção de Empresas pela AESE Business School

**XXXX:** Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade do Minho

### Atividade Profissional:

**Desde julho 2019:** Administrador do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE

**2005 – 2019:** Diretor do Departamento de Material do Porto na CP – Comboios de Portugal, EPE

**Novembro 2015:** Responsável pela coordenação da soldadura na VESAM Engenharia, S.A.;

**Setembro 2014:** Responsável pelo processo de acompanhamento da atividade de coordenação de soldadura na JTSL — Soluções Técnicas Manutenção Metalomecânica, S.A.;

**1998 – 2005:** Responsável de Pessoal e Assuntos Sociais da CP Porto – Comboios de Portugal, EPE

**1987 – 2012:** Responsável da Obra – Enquadramento Equipas de trabalho

**2003 – 2004:** Assessor do diretor do Departamento de Material Porto e responsável pelas áreas de operações e de técnica e pelo processo de garantia na CP, E.P.E.;

**1995 – 1999:** Chefe do setor e responsável das oficinas de reparação de equipamentos na EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, SA

## **Administradora Delegada Eng<sup>a</sup> Sara Margarida Lobão B. S. Pereira**

### Habilitações Académicas:

Licenciatura em engenharia Civil na Universidade da Beira Interior

Pós-graduação em Avaliação Imobiliária

Frequência do curso de "Fiscalização de Obras" ministrado pelo IPAMB, 45 horas, cujos principais módulos se orientam para a qualidade da água, fiscalização e organização de obras e estaleiros.

### Atividade Profissional:

**Desde dez 2019:** Administradora-Delegada do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

**Desde Mar 2019 -** Membro do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros da Região Norte

**2013 – 2019:** Secretária Executiva da Área Metropolitana do Porto (AMP)

Responsável pelo encerramento do Programa de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana do Porto (PTD) do Quadro Comunitário ON2 no valor de 230 Milhões de euros e Gestora do PDCT 2020 (Programa de Desenvolvimento e Coesão Territorial), da AMP enquanto organismo intermedio, no valor de 139 milhões de euros. Presidente do órgão de administração / organismo intermédio da DLBC Costeira / Gal Litoral Norte da AMP com um valor de 5 milhões de euros.

Responsável pelas relações internacionais da Área Metropolitana do Porto e pelo acompanhamento de Candidaturas ao Interreg Europe,, Europa para os Cidadãos, Urbact. No âmbito da mobilidade e transporte acompanhou a transição e integração da ATMP na AMP. É responsável pela implementação do PART (Programa de Apoio à Redução do Tarifário) e do acompanhamento do Concurso de Concessão dos Transportes Públicos Rodoviários. Exerce funções de Gestão Geral da AMP.

**2009 – 2013:** Vereadora na Câmara Municipal de Vila do Conde

Responsável pelos pelouros de Gestão Urbanística, Reabilitação Urbana, Juventude e Fundos Comunitários

Responsável pela gestão e programação do Teatro Municipal de Vila do Conde e responsável pela apresentação da candidatura aos prémios Novo Norte tendo sido vencedora da categoria Norte Civitas do premio global Novo Norte 2011. A referida candidatura foi ainda selecionada como uma das 5 finalistas na categoria City Stars do prémio Regio Stars promovido Pela Comissão Europeia.

**2006 – 2009:** Assessora na Câmara Municipal de Vila do Conde

Responsável pela gestão e fiscalização da Empreitada do Teatro Municipal de Vila do Conde bem

Ap  
+  
JL/S  
/

como da gestão e programação do Teatro Municipal

Responsável pela gestão técnica e financeira das candidaturas a Fundos Comunitários do Município de Vila do Conde

**2001 – 2005:** Colaboradora da FASE - Estudos e Projetos S.A. na Unidade de Negócio Gestão de Empreendimentos, a exercer funções de Procura e Contratação na prestação de serviços da Gestão da Intervenção Polis Vila do Conde para SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VILA DO CONDE, S.A. , bem como na Gestão do Projeto das Novas Instalações da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e Faculdade de Farmácia, para a Reitoria da UNIVERSIDADE DO PORTO.

**2000 – 2001:** Sociedade PORTO 2001, S.A. a exercer funções de responsável de projeto, nomeadamente na elaboração e acompanhamento de candidaturas a Fundos Nacionais e Comunitários, articulando a componente técnica e financeira, nomeadamente ao IFT – Instituto de Financiamento ao Turismo, Programa Operacional da Região Norte (ON), Programa Operacional da Cultura (POC) e POLIS e na gestão e acompanhamento geral do Projeto de Requalificação Urbana da Baixa Portuense.

**1999 – 2000:** Associação de Municípios do Vale do Ave, a exercer funções de Técnica Superior em colaboração com o Gabinete de Apoio do Vale do Ave na conceção, acompanhamento e fiscalização de projetos de engenharia civil na área de saneamento básico no âmbito do SIDVA (Sistema de Despoluição do Vale do Ave) e na realização de diversos processos de concursos públicos

h

176  
+  
klo  
✓

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

[Redacted text]

13

17p  
7  
✓

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 18.207.141 euros e um total de capital próprio de 4.662.904 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 193.486 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do “TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.” em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como descrito no ponto 3.12 do Relatório de Gestão e na nota 2.1 do anexo, foi publicado o Decreto-Lei n.º.121/2019 de 22 de agosto, que prevê a criação de uma empresa local de natureza metropolitana de mobilidade e transportes na Área Metropolitana do Porto e a dissolução da Entidade. Assim, apesar das demonstrações financeiras anexas terem sido preparadas à luz do princípio da continuidade das operações, esta situação indica uma incerteza material sobre a continuidade da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Ênfase

Tal como descrito no ponto 10.6 do Relatório de Gestão e na nota 29 do anexo, apesar da evolução no plano de desconfinamento e no nível de vacinação da população, continua a não ser possível quantificar os potenciais efeitos sobre a atividade, situação financeira e rentabilidade da Entidade que a situação de pandemia Covid 19 possa provocar no futuro próximo. No entanto, face à informação disponível nesta data, em resultado desta situação, a continuidade das operações da Entidade não está em causa.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;





- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

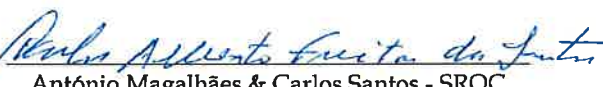
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de junho de 2021

  
Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. n.º.1314 - ROC Executor  
Registo na CMVM n.º.20160924

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177  
Registo na CMVM n.º.20160037



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, o mandato que nos foi conferido e no cumprimento do contrato de agrupamento do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento), vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do Agrupamento, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

Desde o início da sua atividade operacional o sistema intermodal andante tinha registado na generalidade dos seus indicadores crescimentos sucessivos revelando-se, tendencialmente, como a opção privilegiada pelos utilizadores de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto. A situação de pandemia Covid 19 veio interromper esse crescimento revelando que, apenas um fator exógeno com este tipo de magnitude poderia condicionar o crescimento da intermodalidade, situação que se espera reverter assim que a evolução das medidas de combate à pandemia permita devolver a normalidade à vida das pessoas.

Não obstante o acima descrito, o Agrupamento manteve as atividades de desenvolvimento de plataformas que promovem a bilhética móvel, sublinhando a vertente de inovação sempre presente neste projeto.

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e as Notas anexas às demonstrações financeiras, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.



Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas que inclui uma incerteza material relacionada com a continuidade face aos efeitos do previsto no Decreto-Lei nº.121/2019 de 22 de agosto, que prevê a criação de uma empresa local de natureza metropolitana de mobilidade e transportes na Área Metropolitana do Porto e a dissolução do Agrupamento. Para além disso, inclui ainda uma ênfase relacionada com os possíveis impactos da situação de pandemia provocada pelo Covid-19 sobre o Agrupamento.


O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.


Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2020;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 25 de junho de 2021

O Fiscal Único

  
Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. nº.1314 – ROC Executor  
Registo na CMVM nº.20160924

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177  
Registo na CMVM nº.20160037

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 18 207 141 euros e um total de capital próprio de 4 662 904 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 193 486 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido na nota 3.12 do relatório de gestão e na nota 2.1 do anexo, chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras terem sido elaboradas usando o pressuposto da continuidade, não obstante o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, estabelecer a dissolução da Entidade, aguardando-se que sejam encetados os procedimentos necessários a essa dissolução e à criação da empresa metropolitana de transportes. Estas situações indicam uma incerteza material sobre a continuidade da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



## Ênfases

Conforme se encontra mencionado na nota 16 do anexo, chamamos a atenção para o facto da aquisição de viagens, por parte dos clientes, ocorrer em momento anterior ao da sua utilização, o que origina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da receita a repartir, que corresponde à diferença temporal mencionada, e que se encontra registado na rubrica Outras Contas a Pagar, é de 8 368 395 euros (9 375 507 euros em 31 de dezembro de 2019). Este valor inclui o montante estimado de viagens não reclamadas ascendendo a 101 411 euros (idêntico ao ano anterior), obtido através da diferença entre o total da receita arrecadada por repartir e os valores das responsabilidades estimadas. Não existindo no acordo intermodal em vigor qualquer definição sobre a responsabilidade por estas viagens não reclamadas, há alguma incerteza sobre a forma como irão ser regularizadas no futuro.

Conforme se encontra mencionado na nota 10.6 do relatório de gestão e na nota 29 do anexo, em 2020, a atividade da Entidade foi muito afetada pela pandemia COVID-19, continuando a ser afetada significativamente no início de 2021. Apesar da evolução e respetivos impactos da COVID-19 não serem quantificáveis, dada a elevada incerteza associada à evolução da mesma, é expectável que os resultados de 2021 estejam em linha com os atingidos em 2020. Não obstante este contexto adverso, a continuidade da Entidade, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros não se perspetivam por este motivo comprometidos, por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme estabelecido no n.º 2, da Base II da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e





- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de junho de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo', with a horizontal line underneath.

---

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.